



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONJUNTA - EDUCAÇÃO E CULTURA / ESPECIAL PL 8035/10 - PLANO NAC. DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1305/11	DATA: 31/08/2011
INÍCIO: 10h30min	TÉRMINO: 14h36min	DURAÇÃO: 04h06min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h06min	PÁGINAS: 85	QUARTOS: 50

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

IRIA BRZEZINSKI – Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação.
IVANY PINO – Presidenta do Centro de Estudos, Educação e Sociedade.
LEOCÁDIA MARIA DA HORA – Professora e representante da UNDIME.
HELENO DE ARAÚJO FILHO – Professor e representante da CNTE.
FRANCISCO JACÓ PAIVA – Representante da ANDES.
LEIA DE SOUZA OLIVEIRA – Representante da FASUBRA.
HELDER MACHADO PASSOS – Professor e representante do PROIFES.
DALILA ANDRADE – Representante da ANPEd.
ELAINE DE SOUZA MAFRA – Representante do SINASEFE.
MÁRCIA ÂNGELA AGUIAR – Representante da ANPAE.
RODOLFO MOHR – Representante da UNE.

SUMÁRIO: Debate acerca da valorização dos profissionais da educação: a Meta nº 17 do Plano Nacional de Educação – PNE.

OBSERVAÇÕES

Reunião conjunta de audiência pública da Comissão de Educação e Cultura e da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há orador não identificado em breve intervenção.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a presente reunião conjunta de audiência pública da Comissão de Educação e Cultura e da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação.

Convido o Deputado Vanhoni a sentar-se à mesa conosco.

Esta audiência atende aos Requerimentos nºs 38 e 70, de nossa autoria, subscrito por vários outros Parlamentares, aprovados, respectivamente, em 10 de maio e 17 de agosto. O objetivo desta audiência é promover o debate acerca da valorização dos profissionais da educação: a Meta nº 17 do Plano Nacional de Educação.

Quero dizer, antes de mais nada, que esta Comissão expediu convites a várias entidades, portanto queremos já, de imediato, agradecer aos que atenderam ao nosso convite.

Para formar a Mesa nós já temos entre nós o Prof. Heleno de Araújo Filho, que representa a CNTE; o Prof. Helder Machado Passos, do PROIFES; a Sra. Leia de Souza Oliveira, da FASUBRA; a Sra. Dalila Andrade, da ANPEd; a Sra. Iria Brzezinski, da ANFOP; a Profa. Leocádia Maria da Hora, representando a UNDIME; o Sr. Arlindo, representando o Ministério da Educação; a Sra. Ivany Pino, Presidenta do Centro de Estudos, Educação e Sociedade; e Profa. Sandra Bernadete Moreira, representando a ANDES.

Sejam todos bem-vindos.

Estou sendo informada de que temos também o representante do SINASEFE. Peço que façam chegar até a mesa o nome do representante do SINASEFE.

Queremos agradecer a todos a presença.

Deputado Artur Bruno, nesta audiência vamos utilizar como metodologia duas Mesas, até porque não cabem todos aqui. Então, nós vamos fazer duas Mesas de debate.

Para a primeira Mesa quero chamar a Profa. Leocádia, da UNDIME; o Prof. Heleno; a representante da ANFOPE e a representante do CEDES. Depois, nós formaremos a segunda Mesa.

Bom, meus companheiros e companheiras, primeiro quero dizer que o Deputado Lelo vai ter que se ausentar, uma vez que vai haver no Senado agora um



debate acerca exatamente dos *royalties* do pré-sal, questão de interesse do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, e ele é da bancada do Espírito Santo, portanto, tem que estar lá presente. E aproveito para defender os 50% do pré-sal para a educação. (Risos.)

Bem, eu quero pedir à assessoria que vá acomodando o pessoal aqui na mesa.

Em nome da Comissão de Educação e Cultura, mais uma vez, quero trazer a nossa saudação à FASUBRA, ao SINASEFE, aos servidores técnicos administrativos que se encontram em greve neste exato momento (*palmas*), na luta pelo plano de carreira, pela melhoria salarial e por melhores condições de trabalho.

Tanto a FASUBRA quanto o SINASEFE e aqueles que nos têm procurado sabem que temos feito gestão junto ao Ministério do Planejamento.

Ainda ontem o Deputado Artur Bruno, a Deputada Alice Portugal, a Deputada Jô Moraes e a Márcia Abreu, que me representou, uma vez que eu estava em Minas Gerais, tiveram uma audiência com o Dr. Duvanier.

Deputado Artur Bruno, fale um pouquinho sobre a audiência, por favor.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Vou ser bastante breve.

Bom dia a todos e a todas.

Como relatou a Deputada Fátima, ontem eu, a Deputada Alice Portugal, a Deputada Jô Moraes e a Márcia, que representava a Deputada Fátima Bezerra, tivemos uma reunião com o Dr. Duvanier em que analisamos a situação da greve dos servidores das instituições federais de ensino superior. Analisamos o cenário, tivemos uma boa conversa. Ele se comprometeu a marcar amanhã um horário para que possamos retomar a tentativa de obter alguma proposta do Governo e dos grevistas, a fim de contribuirmos para a solução desse problema. Evidentemente, não houve nenhuma promessa de que sairia uma proposta, mas ele se dispôs a tentar, para que possamos, já amanhã, ter algum sinal do Governo, do Ministério do Planejamento, para uma conversa com o sindicato.

A ideia era que intermediássemos, a Comissão de Educação juntamente com a Deputada Jô Moraes; que nós fizéssemos uma intermediação entre o Governo e os grevistas. Estamos nessa tentativa.

A Deputada Fátima já esteve presente em outras reuniões também. Vamos esperar a reunião de amanhã para ver se conseguimos avançar.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - O.k, Deputado Bruno.

Eu quero ainda acrescentar que, na verdade, essa não é a primeira reunião ao longo desse período de greve dos servidores técnicos administrativos. No caso da FASUBRA a greve é mais longa do que a dos servidores e professores dos institutos federais. Eu quero só acrescentar, Deputado Artur Bruno, que ao longo desse período nos esforçamos muito, enquanto Comissão de Educação e Cultura e também como Núcleo de Educação da bancada do PT.

Há 40 dias fizemos aquela mediação junto ao MEC, quando foi produzido aquele documento. O MEC propunha, naquele momento, a suspensão da greve para que fosse reinstalado o processo de negociação. Nós fizemos a mediação naquele exato momento. Também quero acrescentar que, procurados pelo PROIFES, ao longo desse período nós também tivemos audiências com o Ministério do Planejamento. Em nome da bancada do PT, na ocasião, eu também tive uma audiência com a Ministra Miriam Belchior, no que diz respeito à pauta que estava em debate — PROIFES e ANDES. Estou colocando isso a título de esclarecimento.

O fato é que a ANDES e o PROIFES assinaram um acordo que, embora não seja o acordo dos sonhos dos professores — é claro, tem fragilidades —, mas tem aspectos positivos do ponto de vista de apontar para o presente e para o futuro. Parece-me, sobretudo, que aponta claramente o debate acerca da equiparação com a carreira de ciência e tecnologia.

Quero dizer, Prof. Helder e Sra. representante da ANDES, que nós não só torcemos como também estaremos à disposição para, juntos, acompanhar, somar e ajudar.

Volto a dizer que, com relação à questão da FASUBRA e a questão do SINASEFE, continuamos empenhados em dar a nossa contribuição para buscar uma proposta. Amanhã, nós estaremos lá novamente.

Deputado Angelo Vanhoni, Prof. Heleno, estamos com a primeira Mesa formada pelas Sras. Iria, Leocádia e Ivany Pino. A Profa. Dalila virá na segunda Mesa. Não se preocupem. Pelo acúmulo, pelo estudo, pela dedicação, pelo preparo intelectual, é muito importante termos a presença dessas entidades de cunho acadêmico, que fazem o estudo e o debate acerca da formação do Magistério.



Quero registrar a presença dos Deputados Jorginho Mello, Nazareno, Sétimo, Antonio Carlos Biffi e Fernando Marroni. E antes de passar a palavra aos nossos expositores, eu gostaria, meus companheiros e companheiras, de pedir um pouco da atenção. O Deputado Leonardo acaba de chegar.

Eu gostaria de ressaltar que esta audiência se reveste para nós, da Comissão de Educação, da Comissão Especial, das entidades presentes, de um caráter muito especial. Nós estamos aqui com o Deputado Vanhoni, que é o Relator.

Eu queria pedir um pouquinho da contribuição de vocês para o debate, porque ele vai ser de cunho muito reflexivo.

Como eu ia colocando, quero ressaltar que é uma audiência especial porque o Deputado Vanhoni vai apresentar o seu relatório em setembro, portanto está fechando o relatório. Com esta audiência de hoje, com a UNDIME, a CNTE, a ANDES, a PROIFES e demais entidades, na verdade, o que pretendemos é reafirmar para o Deputado Vanhoni o que essas entidades realmente pensam e esperam, qual a expectativa delas no que diz respeito às Metas 15, 17 e 18, que são as metas que tratam exatamente da questão do piso salarial, da formação, dos planos de carreira, das condições de trabalho.

Por exemplo, a Meta 17, que trata especificamente da questão do piso salarial, teve várias emendas apresentadas. Em nome dessas entidades todas, eu apresentei a emenda no sentido de alterar a proposta existente. A proposta original coloca exatamente o quê? Ela é no sentido de aproximar o piso salarial dos profissionais de educação ao piso dos demais profissionais de nível superior. Nós não concordamos com isso.

A proposta que nós apresentamos é muito clara, respaldada pela CNTE e por todas as entidades que estão aqui. A proposta é no sentido de, ao invés de aproximar, equiparar. Queremos que o valor do piso salarial dos profissionais de educação seja equivalente ao piso salarial das demais categorias de nível superior. Por que o professor tem que ganhar menos do que os demais profissionais de nível superior do Poder Executivo?

Além disso vamos fazer um debate sobre a questão da formação. Nós ainda temos um contingente de professores leigos. Poucos, mas temos, não é, Iria? Infelizmente temos. Temos 152 mil professores leigos, Deputado Artur Bruno.



Nós temos ainda mais de 20% do contingente dos professores pelo País afora que não têm formação de nível superior.

Como responder à essa realidade? O PNE está aí para isso. Daí a presença importante da ANFOPE, da ANPEd, dos CEDES, enfim das demais entidades. Daí a presença importante de Leocádia, que representa a UNDIME.

Por falar em UNDIME, quero fazer o registro do 4º Fórum Extraordinário da UNDIME, que acontece neste momento em Salvador. Eu estive lá ontem, representando a Comissão de Educação e Cultura. É um congresso extraordinário. Ontem à tarde já havia 1.755 delegados. É muita energia, muita discussão, muita disposição. A UNDIME está discutindo as questões do PNE, do piso, do Exame Nacional de Ingresso no Magistério. E amanhã eles vão realizar, em Salvador, por ocasião do seu congresso, o Ato em Defesa dos 10% do PIB para a Educação.

Eu quero, em nome da Comissão de Educação e Cultura e da Comissão Especial, saudar a Direção da UNDIME, que está inclusive celebrando 25 anos. O fórum marca exatamente os 25 anos de existência da UNDIME, que tem sido uma parceira muito importante na luta em defesa não só da educação infantil, mas da educação brasileira.

Nós vamos agora passar a palavra para a Profa. Iria Brzezinski, que vai tratar da Meta 15, a meta da formação.

A SRA. IRIA BRZEZINSKI - Na condição de representante da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação, como Presidenta, dirigimo-nos aos Sr. Deputados presentes nesta audiência, cumprimentando a todos, na pessoa da Presidente da Comissão de Educação, Deputada Fátima Bezerra, e do Relator da Comissão Especial, meu conterrâneo, Angelo Vanhoni. Embora esteja há muitos anos no Centro-Oeste, eu sou paranaense.

De início, quero parabenizar a Comissão de Educação, a Comissão Especial e a Deputada Fátima Bezerra pela iniciativa dessa audiência conjunta. Mais uma oportunidade de estarmos colocando nossas expectativas, como bem falou a Deputada.

Eu gostaria de falar muito rapidamente sobre a nossa missão institucional.

A ANFOPE, em seu estatuto, é identificada como entidade científica civil sem fins lucrativos, sem caráter religioso e político-partidário. Tem suas raízes no



Movimento Nacional de Educação, cujas origens remontam a 1978, ao 1º Seminário de Educação Brasileira, que aconteceu em Campinas, e cuja representante está aqui, é a Profa. Ivany Pino.

Em sua origem, a ANFOPE se iniciou como Comitê Nacional Pró-Formação do Educador e foi instalada em 1980, na 1ª Conferência Brasileira de Educação, ocorrida em São Paulo. Logo a seguir, ela passa para outro patamar: Comissão de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador. Finalmente, em 1990, nos transformamos em associação.

Desde a sua gênese, a ANFOPE tem por finalidade fazer avançar o conhecimento no campo da formação e da valorização dos funcionários da educação, por meio da mobilização de pessoas, de entidades e de instituições dedicadas a essa finalidade.

Honra-nos muito destacar que a ANFOPE, nas últimas três décadas, vem representando um pensamento educacional brasileiro de pesquisadores e professores, cuja área de saber é a educação, e que mantém compromissos historicamente assumidos com a escola pública, laica, gratuita, inclusiva, para todos os cidadãos brasileiros, e de qualidade referenciada no social.

O reconhecimento da importância da entidade e de suas contribuições deve-se, sobretudo, à forma propositiva de seus associados, desde a época da ditadura, contra a ditadura, colocados no campo das políticas educacionais e em especial às políticas de formação dos profissionais da educação.

No tocante à elaboração dos planos, nós temos a registrar que fomos entidade organizadora dos CONEDs, que organizou o primeiro Plano da Sociedade Brasileira e que também foi pouco contemplado no Plano de 2001.

Mas fazemos parte do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e, na atualidade, em relação a esse Plano, o PL 8.035, nossa participação é como entidade representativa das entidades de pesquisa e estudos em educação na CONAE — Conferência Nacional de Educação — e, no Fórum Nacional de Educação, como parceiros da ANPEd, que ocupa a titularidade.

Quanto às políticas nacionais de formação dos profissionais da educação, no tempo de que dispomos, só gostaria de dizer que nós conseguimos, por força do Decreto nº 6.755, participar de 23 fóruns e estamos participando como titulares dos



Fóruns de Apoio à Formação dos Profissionais da Educação nos Estados e no Distrito Federal.

Passaremos a apresentar as sugestões de emendas — não sei se no tempo que me foi concedido eu vou conseguir apresentar todas, mas vou apresentar as principais —, incorporadas ao Plano Nacional de Educação.

Embora esta audiência pública tenha como pauta principal a Meta 17, a Deputada nos deu um grande alento ao dizer que nós estamos trabalhando com a Meta 15, a Meta 16 e a 17.

Bem, nós temos uma defesa em relação à formação do profissional da educação: a de que, no ingresso na carreira, ele seja portador de diploma de ensino superior. É uma defesa que fazemos, e gostaria de ler, nessa questão do censo a que nos referimos aqui, a que a Deputada se referiu, um trecho a respeito da formação dos profissionais da educação:

“Importante achado do Censo do Professor, de 2009, atestou a existência de quase 2 milhões de docentes na educação básica, sendo 1 milhão e 300 mil no ensino fundamental. Verificando a formação desses profissionais, o Censo aponta que, desses, não possuem ensino superior, 24,5%, e que cursam ainda o ensino médio na modalidade Normal.

Em pleno século XXI, o Brasil convive com professores leigos no ensino fundamental. Em termos absolutos, são 152 mil professores nessa situação. O problema mais grave situa-se na educação infantil, etapa em que trabalham 369 mil docentes. Desses, menos da metade possui nível superior. São 48% que têm a titularidade em nível superior.

Outra quantidade praticamente igual possui o nível médio, 41%; e 10%, da educação infantil, são totalmente leigos.

Ao todo essa meta exige a qualificação de 637 mil professores, numa perspectiva de 10 anos, sem contar



*com os leigos que ainda poderão ingressar no sistema” —
e que é o que a gente não deseja.*

Bem, passo então a relatar o que nós temos a respeito da Meta 15, e desejo enfatizar que as nossas emendas ao plano da ANFOPE foram feitas em plena parceria com o CEDES, Centro de Estudos Educação e Sociedade, e com a ANPEd e em parceria com a CNTE em alguns momentos, em outros não.

Os senhores podem verificar qual é a nossa formulação da Meta 15.

(Segue-se exibição de imagens.)

É uma reivindicação antiga dos educadores nós termos como componente do Sistema Nacional de Educação o Sistema Nacional de Formação e de Valorização dos Profissionais da Educação em Nível Superior, congregando um grande esforço nacional para a formação docente presencial, em atuação conjunta com os entes federados, estabelecendo um plano estratégico que apresente o diagnóstico das necessidades de formação e de valorização dos profissionais da educação e da capacidade de atendimento por parte das instituições públicas de educação superior existente nos Estados, Municípios e Distrito Federal, e que defina obrigações recíprocas entre os partícipes, considerando a obrigatoriedade da implementação da lei que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério.

Queremos enfatizar que, com apoio em ideias de Saviani, acerca da noção de sistema nacional, e de Freitas, entendemos que o processo de construção do Sistema Nacional de Formação de Professores demanda a necessidade de se recuperar o sentido unitário, organicamente articulado e plural, inerente à concepção democrática emancipadora de sistema, o que implica a construção do Sistema Nacional de Educação e em seu interior a instituição de uma política nacional global de formação e valorização profissional dos docentes da educação.

Com efeito, a criação do Sistema Nacional de Formação e de Valorização dos Profissionais da Educação em Nível Superior é o caminho para que a gente possa superar todas essas deficiências de formação.

A seguir eu passo às propostas, de uma forma muito rápida, de estratégias para a Meta 15. Mas quero de início enfatizar a nossa posição, também histórica, de que, para se formar professor, o professor tem que ter o domínio de uma base



comum nacional. É a identidade profissional dele que deve ser construída e reconstruída por meio da base comum nacional. Essa base comum nacional é uma defesa histórica das entidades, porque ela define a base da identidade do professor, que depois galga outros caminhos pela educação continuada. Especialmente, o que nós desejamos é que ele seja professor. E essa defesa da base comum nacional é uma das nossas estratégias.

As propostas que eu estou indicando são estas.

Nós pretendemos que o Sistema Nacional de Formação e de Valorização dos Profissionais da Educação seja implantado no prazo de 12 meses. Já se faz tarde essa implantação. Aguardamos, Relator, com ansiedade, a aprovação do Plano.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Essas propostas nós já apresentamos.

A SRA. IRIA BRZEZINSKI - (*Risos.*) Exatamente. Foram apresentadas, mas nós estamos aqui para apresentá-las mais uma vez. A memória do professor é extremamente significativa. A criatividade dele também. Então nós estamos trazendo as propostas com uma nova forma, com uma certa criatividade, para podermos discuti-las aqui. Mas elas já foram apresentadas. O nosso desejo agora é que elas sejam incorporadas ao relatório. Este é o nosso desejo, é a nossa luta. Agora estamos num outro nível, que é o nível da incorporação.

A 15.3, por gentileza, para sermos mais rápidos.

O Sistema Nacional de Formação e de Valorização dos Profissionais da Educação deve garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os profissionais da educação básica possuam formação específica presencial em nível superior, prevista na LDB, com organização curricular ancorada na base comum nacional.

15.4. O Sistema Nacional de Educação deve implementar cursos presenciais e programas especiais gratuitos e públicos para assegurar formação específica em sua área de atuação aos docentes, com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da área em que eles atuam.

Posso dizer aos senhores que o mesmo Censo acusou que os professores de Física, atuantes, com compatibilidade à sua formação no Sistema Nacional, chegam a apenas 9%.



Eu sei que o tempo é pouco, no entanto nós deixamos aqui o nosso recado em relação à Meta 15. À Meta 16 eu espero que os nossos companheiros de Mesa possam se dedicar. Nós temos o trabalho, que está disponível aqui para os Anais da Câmara. E desejo que os desafios aqui apontados possam de fato ser a nossa forma de nos movimentarmos contra o conservadorismo e de alcançarmos uma transformação em que os desafios nos lancem para além deste espaço tempo-histórico que estamos vivendo. Nós precisamos de um Plano Nacional que tenha previsão para o futuro com o nosso apelo: 10% do PIB já!

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Nós queremos agradecer a presença aqui da Profa. Iria, representante da ANFOPE, associação nacional que trabalha pela formação dos profissionais de educação, uma entidade muito respeitada, repito, no cenário da luta em defesa da educação brasileira pela contribuição que tem dado especificamente no campo da formação e da valorização profissional. A ANFOPE é uma entidade muito respeitada do ponto de vista científico exatamente pelo saber qualificado, pela reflexão qualificada que tem desenvolvido ao longo do tempo. É uma entidade muito identificada também com a luta em defesa da escola pública, da educação pública. Eu quero dizer a você, Iria, que para nós que fazemos a Comissão de Educação e a Comissão Especial é uma honra ter a ANFOPE nesta bancada, contribuindo para esta discussão.

Nós vamos passar a palavra para a Profa. Ivany, que é quem vai representar o CEDES, entidade igualmente muito importante neste debate, que, aliás, está sendo transmitida ao vivo pela *TV Câmara*.

Nós queremos registrar a presença entre nós da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que foi Secretária de Educação e Presidente do CONSED e, enfim, é uma Parlamentar muito atuante na luta em defesa da educação; a presença também do Deputado Tiririca e do Deputado Waldir Maranhão. Também está conosco o Estevão Cruz, representante da UNE, e o Prof. Arlindo, que aqui representa o Ministério da Educação e vai participar de outra Mesa.

Queremos também registrar que o Deputado Gastão Vieira, Presidente da Comissão Especial, esteve aqui, mas teve que se ausentar, uma vez que vai



começar uma reunião na Liderança do Governo, onde vamos tratar de incluir, na pauta, provavelmente hoje ainda, Deputado Jorginho, o PRONATEC.

Deputada Mara Gabrielli, por favor! A Deputada, como sempre, muito presente à nossa Comissão de Educação e Cultura.

Vamos passar imediatamente a palavra à Sra. Ivany, que representa aqui os CEDES e vem também trazer sua contribuição ao debate sobre formação.

Com a palavra a Profa. Ivany.

A SRA. IVANY PINO - Bom dia a todos. Bom dia, Profa. Fátima Bezerra. Na sua pessoa, quero cumprimentar todos os componentes da Mesa, fazendo destaque ao Deputado Angelo Vanhoni, digníssimo Relator do nosso projeto, do nosso Plano Nacional de Educação.

Caros colegas presentes e Srs. Deputados, considero que a presença hoje de duas entidades agora e, na segunda Mesa, de uma terceira entidade do setor de estudos e pesquisas da área do campo da educação é de extrema importância, porque essas entidades têm uma história importante na construção da educação nacional.

Eu gostaria de situar um pouco os CEDES nesse processo de construção da educação nacional porque ele teve uma presença extremamente importante desde a sua criação, na UNICAMP. Ela se situa no interior de uma pesquisa sobre formação de professores que era, naquele momento, apoiada pelo INEP, quando era uma entidade de pesquisas sobre educação.

A Profa. Iria já se referiu ao 1º Seminário de Educação Brasileira, que foi criado, naquele momento, para se estudar e colocar em questionamento a formação dos professores em termos de Brasil. Não podemos esquecer que nós estamos nos referindo ao fim da década de 70 e princípio da década de 80, ao processo de redemocratização do País. Foi nesse processo que o CEDES, recém-criado, começou a ter uma posição extremamente importante na elaboração de políticas públicas.

Eu gostaria de dizer que, junto com a ANPEd e a ANDE, entidade que hoje não mais existe, nós criamos a série de Conferências Brasileiras de Educação, que, posteriormente, foram retomadas pelo Ministério da Educação na CONAE — Conferência Nacional de Educação.



Portanto, quando nós estamos aqui, estamos dizendo aos colegas, aos Srs. Deputados e à Mesa que a construção de um consenso na área de educação não é nova, é um processo que há muitos anos se faz. Mas, nessa nova etapa, a década de 80 marcou, pela série das seis Conferências Brasileiras de Educação, a construção desse consenso.

No seu interior, a posição da formação de professores foi uma questão sempre destacada e muito privilegiada. Procuramos trazer para as políticas e para o acompanhamento das políticas a seriedade da importância da formação do professor em nível superior e sobretudo a continuidade da formação na educação continuada.

Sempre pretendemos que as nossas entidades de estudo — ANPEd, CEDES, ANFOPE e ANPAE — se articulassem acompanhando as políticas nacionais. Fizemos isso na Constituinte, fizemos isso na elaboração da LDB e, depois, na elaboração do Plano Nacional de Educação da sociedade, ao qual a Profa. Iria já se referiu. Agora, estamos nos envolvendo profundamente na elaboração do Plano Nacional de Educação, antecedido pela CONAE, que foi um grande movimento de procura de consenso em termos de questões fundamentais da educação nacional.

Portanto, quero dizer, em relação a um editorial recente da *Folha de S.Paulo*, que não são um consenso apressado as 2.915 emendas oferecidas ao Plano Nacional de Educação; são posições oriundas da CONAE. E nós, que participamos efetivamente desse processo, defendemos e queremos que elas estejam incluídas no Plano Nacional de Educação.

O Deputado Vanhoni esteve no 3º Seminário Brasileiro de Educação, organizado pelo CEDES em fevereiro e março, no qual estavam presentes educadores de todo o Brasil, pesquisadores, professores. A partir deles, nós elaboramos as emendas que foram apresentadas pelo CEDES articuladamente com a ANFOPE. E agora eu chego ao ponto nevrálgico — demorei um pouquinho, peço desculpas — da temática desta audiência pública, que é a formação de professores.

Srs. Deputados, quero lhes dizer da importância da concepção do Sistema Nacional de Educação, apoiado em dois pilares extremamente fortes na ponta de uma pirâmide, ou seja, 10% para a educação, a substituição do IDEB pelo Sistema



Nacional de Avaliação e, do outro lado, a formação de professores organizada em Sistema Nacional de Educação.

A entrada nessa concepção de Sistema Nacional de Formação de Professores a Profa. Iria acaba de apresentar aqui, e nós só queremos reafirmar uma dimensão que acho que é de importância fundamental, a de que uma das atribuições do Plano Nacional de Educação, que lhe é conferida pela Constituição através do art. 214 e da Emenda Constitucional nº 59, que cria um Sistema Nacional de Educação, atribui ao Plano Nacional de Educação a articulação e as bases da organização do Sistema Nacional de Educação. É dentro dessa concepção que está incluída a concepção da formação de professores, articulada em Sistema Nacional de Formação de Educadores.

Muito obrigada, Profa. Fátima.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Obrigada, Profa. Ivany (Palmas.)

A Comissão de Educação também quer saudar a senhora e, enfim, todos os integrantes do CEDES pelo papel muito importante que, junto com a ANFOPE e com a ANPEd, desenvolve no contexto do debate da formação e da valorização dos profissionais de educação.

Obrigada, Profa. Ivany.

Vamos passar a palavra agora à Profa. Leocádia, que vai falar em nome da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

Quero também registrar com satisfação a presença entre nós do valente Ivan Valente, companheiro de muita presença em defesa da educação pública, da educação brasileiro e do Deputado Alessandro Molon, do PT do Rio de Janeiro.

Vamos passar a palavra à Profa. Leocádia e, depois, ao Prof. Heleno.

A SRA. LEOCÁDIA MARIA DA HORA - Muito bom dia a todos.

Quero saudar os Parlamentares presentes na pessoa da Deputada Fátima Bezerra e do Deputado Angelo Vanhoni e saudar as entidades formadoras e os trabalhadores presentes na pessoa de Heleno, Presidente do SINTEPE, de Pernambuco, e membro da CNTE.

A presença de tantos Parlamentares aqui comprova a afirmação da Deputada Fátima, em várias ocasiões, em várias audiências, de que o PNE é a principal



agenda da educação nos últimos meses. Nós queremos agradecer o convite e esperamos corresponder à expectativa.

É muito importante a presença da UNDIME quando o debate é sobre a valorização dos trabalhadores em educação, dos profissionais em educação porque há, no senso comum, uma falsa polêmica entre o que defendem os dirigentes municipais, os interesses dos dirigentes municipais de educação e os trabalhadores em educação. Então, pretendo contribuir aqui no sentido de desmistificar essa falsa polêmica.

Eu trouxe, para iniciar, alguns fatos que vi nos últimos 15 dias e que me chamaram a atenção na imprensa. E diria que não vou utilizar o *Power Point* porque fiz uma seleção das coisas mais importantes, porque o tempo é muito pouco. Gostaria de agradecer, mas não vai ser necessário.

Algumas afirmações que eu li na imprensa me chamaram muito a atenção e servem para nossa reflexão aqui. A primeira delas diz o seguinte: “*Quem quer dar aula faz isso por gosto, e não pelo salário. Se quer ganhar melhor, pede demissão e vai para o ensino privado.*” Foi uma afirmação feita pelo Governador do Ceará — vou dizer de onde foi porque está na imprensa.

Outra afirmação diz que mais de 60% das escolas estaduais paulistas de ensino básico possuem ao menos uma série com mais estudantes em sala do que o recomendado pelo próprio Governo do Estado de São Paulo. Em 64% delas, há problemas em mais de uma turma, no sentido de que os estudantes levam muito tempo para conseguir cadeira, têm de revezar, essas coisas.

Outra notícia, da Agência Brasil: *Professores de escolas públicas de todo o País param* — isso foi no último dia 15 — *para cobrar cumprimento da lei do piso.* De acordo com a mesma Agência Brasil, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) fez um estudo segundo o qual seriam necessários mais de 1 bilhão e 9 milhões para cumprir o piso.

Em levantamento feito pela entidade, 1.641 Municípios têm como média salarial paga a professores de nível médio, em 2010, de R\$587 a R\$1.111,39. No caso dos docentes com formação superior, os valores variam entre R\$731,84 e R\$1.299,59.

Por que essas matérias chamaram atenção?



(Não identificado) - Quarenta horas?

A SRA. LEOCÁDIA MARIA DA HORA - A matéria não deixa claro, mas se está comparando com o piso.

Por que nos chamaram a atenção? Porque, no caso, por exemplo, de dar aula por gosto, não dá para contrapor gosto a salário. Nós consideramos os profissionais da educação, professores e os demais trabalhadores em educação. São profissionais que devem ter uma carreira garantida, através do seu plano de cargo e o seu piso salarial respeitados, e têm de ser valorizados. A revista *Nova Escola*, no ano passado, publicou em separado, inclusive, uma matéria fruto de uma pesquisa com alunos do ensino médio, na qual se identificou que apenas 2% dos alunos pesquisados desejavam ser professores. O resultado dessa pesquisa não foi contestado, porque de fato há um desencanto com a carreira dada a grande e cada vez maior demanda de professores e também cada vez maior desvalorização da profissão.

Para a UNDIME, o ingresso na carreira do magistério e nas demais funções que a escola pública exige deve ser feito por concurso público. Já há um número maior de professores que ingressam por concurso público, mas quando se chega nas outras funções é uma vergonha. O programa Profucionário, do Ministério da Educação, não pôde ser implantado em algumas regiões simplesmente porque não havia funcionários nas redes municipais e, quando há, na grande maioria das vezes, são funcionários contratados. Sabemos da problemática desses contratos temporários, porque há uma submissão muito grande aos que indicaram, há falta de continuidade onde não pode haver formação. Infelizmente, isso acontece também na rede de professores, contratos temporários e estagiários, que deveriam estar estudando, exercitando a profissão sob acompanhamento pedagógico e não tendo a responsabilidade de gerir uma turma, de trabalhar cadernetas, etc. Então, defendemos o ingresso por concurso público e a formação inicial adequada à função.

Não vou entrar no mérito dos números, porque as companheiras que me antecederam já falaram muito da formação continuada promovida pelo poder público, e não somente promovida, mas também amparada. Ou seja, o trabalhador que está em formação continuada deve ter seus direitos mantidos; o piso salarial,



plano de cargos e carreira; a participação nas instâncias democráticas, conselhos escolares, conselhos municipais; o direito de participar nas suas instâncias sindicais, etc. Essa é a posição da UNIDME, e essa é a posição da maioria dos dirigentes municipais. Entre os 5.565 dirigentes municipais é evidente que há outros casos, mas essa é a posição que viemos defendendo na entidade e é sustentada e apoiada pela maioria dos dirigentes.

A polêmica que existe reside muito mais num outro fator que teríamos que resolver neste País, qual seja a falta de autonomia dos dirigentes municipais. A maior parte, a grande maioria não tem autonomia financeira. É o maior orçamento das secretarias, mas esse orçamento está nas Secretarias de Fazenda e de Administração dos Municípios. Até bem pouco tempo, havia dirigentes que assinavam cheque em branco. A UNIDME fez uma grande campanha para combater isso. Mas, como vocês sabem, os cargos de dirigentes municipais são de confiança. E continua a luta para ter autonomia, para que se respeite o art. 69 da LBD, que dispõe que o recurso tem de cair na conta específica da educação e ser gerida pelo dirigente. Isso não é respeitado pela grande maioria dos Prefeitos. Então, quem determina pagamento ou não do piso não são os dirigentes. Muitos deles têm brigado com os Prefeitos e deixado os cargos, porque não têm acesso às contas e não têm como avaliar se realmente o Município tem condições ou não para isso.

Então, nesse momento do Plano Nacional de Educação, nós queremos chamar atenção para uma concepção que discutimos dentro da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Profa. Leocádia, um minuto.

A SRA. LEOCÁDIA MARIA DA HORA - Pois não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - A UNIDME tem esse levantamento sobre a gestão dos recursos, ou seja, que o art. 69 da LDB não está sendo cumprido. É uma lei, não é?

Nem os Estados.

A SRA. LEOCÁDIA MARIA DA HORA - Aqui eu estou falando dos Municípios.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Eu sei.



Descontem a interrupção do tempo da Profa. Leocádia, por favor.

Estou mencionando isso aqui, porque na década de 1990, Deputada Professora Dorinha, eu era Deputada Estadual no Rio Grande do Norte e tivemos de acionar o Ministério Público, Deputado Emiliano José. Aproveito este momento para registrar a presença de V.Exa. Nós acionamos o Ministério Público e lembro que, na época, Deputado Angelo Vanhoni, o Ministério Público terminou por adotar o Termo de Ajustamento de Conduta e, só assim, Deputado Ivan, foi que começou a ser cumprido o artigo da LDB. Mas ainda temos informações de que ele não é cumprido na sua integralidade.

Eu dei essa opinião, porque acho que estamos tratando, neste exato momento, de um assunto muito importante, porque diz respeito a recursos.

A SRA. LEOCÁDIA MARIA DA HORA - Muito obrigada, Deputada.

Há uma outra questão ainda em relação ao pagamento ou não pagamento do piso, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Os dirigentes municipais têm dito muito que, ao calcular o pagamento do piso e o enquadramento dos professores no plano de cargos e de carreira, com a questão de um terço da carga horária para aulas e atividades e, naturalmente, com a contratação de novos professores, o limite prudente de despesas do Município já é atingido. Então, há um pleito da UNDIME — e me parece que já está em tramitação um projeto de lei — para tirar a educação desse limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, estabelecer um outro limite, uma vez que estamos trabalhando a ampliação das redes.

E aí, rapidamente, eu quero falar sobre o Plano Nacional de Educação, que determina a necessidade de expansão da rede. Se a rede for expandida, é preciso aumentar o número de profissionais na educação. Então, mais um motivo para a Lei de Responsabilidade Fiscal ser repensada no que diz respeito à educação.

Mas o PNE não se refere somente à expansão, mas também a um padrão mínimo de qualidade, porque expandir a rede já foi um esforço dos anos 1990. O acesso ao ensino fundamental foi praticamente garantido. E isso praticamente significa ainda muita gente fora da escola. No entanto, esse esforço já foi feito. Não mudou a educação, não deu à educação o papel estratégico que ela tem na sociedade. Então, esse novo PNE precisa ter um outro papel, um outro alcance que



privilegie não apenas a expansão, mas a expansão com qualidade, com um padrão mínimo de qualidade num país tão diverso.

Os indicadores que estão na mídia e que todos conhecemos — por isso mesmo eu nem os trouxe, e o último deles foi a Prova ABC — mostram que é preciso haver uma ação eficaz para tirar a educação desses patamares. Para isso, quero insistir aqui na ampliação progressiva dos investimentos públicos. Sete por cento não é ampliação.

O Governo Federal vem ampliando em 0,2% todos os anos. Isso, em 2 anos, dará 2%. Então, é um plano que tem uma meta ousada e precisa de um investimento corajoso para que seja cumprido.

Os dirigentes municipais estão muito apreensivos porque a grande maioria das metas incide na ação dos Municípios, e com os recursos haverá melhoria. Todo mundo reconhece que a educação está melhor, mas não queremos apenas melhorar. Queremos enfrentar o novo desafio que está aí colocado: que a educação acompanhe o desenvolvimento no País.

Portanto, insistimos que o patamar de 7% não dará conta disso. Estudos que vários intelectuais já fizeram mostram que são necessários no mínimo 10%. Com relação aos professores, quero rapidamente citar aqui algumas emendas que nos interessam e que favorecem a relação dirigente-professor para tirar a educação desse patamar em que se encontra. São elas as Emendas 1.519, 1.580 e 2.583. Insistimos muito no regime de colaboração, porque além de ser constitucional, mesmo que o aluno seja do Município, ele é também um cidadão do Estado e do País. O Município é quem menos arrecada. Não pode arcar com a responsabilidade pelo grande número de alunos que se tem hoje.

Então, insistimos muito no regime de colaboração. Todos os profissionais da educação devem ter formação específica, assegurando que os professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio tenham pelo menos licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Também em regime de colaboração, que todos os professores da educação básica possuam formação específica obtida em curso presencial e público de preferência. Somente naquelas regiões em que não há acesso de jeito nenhum às universidades é que achamos que pode ser à distância e



que, no quinto ano de vigência da meta, pelo menos 80% dos profissionais já tenham chegado a esse nível.

A licença para qualificação profissional em nível de pós-graduação. Nem todos os Estados e Municípios praticam isso, considerando o efetivo exercício e garantindo a remuneração. Nós apoiamos essa emenda.

Pelo menos um terço da carga horária de todos os professores deve ser destinada à atividade de planejamento, avaliação e pesquisa até 2014. É a Emenda nº 197.

O ganho real do piso salarial, como disse a Deputada Fátima não deve ser para aproximar, porque até 10 reais aproximam. Não estamos querendo só melhorar. Queremos igualar. O professor é um trabalhador fundamental no País. Por que então seu salário tem ser aproximado? Tem de ser igualado aos dos outros profissionais de nível superior.

Alguns vão perguntar se a complementação da União existe? Existe. Queremos a ampliação dessa complementação para o piso e queremos que sejam rediscutidos — vou encerrar — os critérios, para que os Municípios possam acessar essa contribuição, porque um dos critérios para que a União complemente o piso é que o gestor seja gestor pleno. Ora, se na grande maioria dos Municípios ele não é gestor pleno, o Prefeito nem vai atrás dos recursos para complementar o piso, e a carga fica muito grande em cima dos dirigentes que não pagam o piso. Na verdade, quem não paga não é o dirigente municipal.

Eu queria agradecer a atenção de vocês.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Artur Bruno) - Obrigado, Profa. Leocádia.

Registro a presença da Deputada Teresa Surita, Vice-Presidente da Comissão Especial do PNE.

Destaco a presença da Deputada Alice Portugal, 3ª Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura.

Passo a palavra ao Prof. Heleno de Araújo Filho, Secretário de Assuntos Educacionais da CNTE.

O SR. HELENO DE ARAÚJO FILHO - Bom dia a todos. Cumprimento os Deputados Artur Bruno, Angelo Vanhoni e os Deputados e as Deputadas presentes.



Saúdo todas as entidades presentes, citando a FASUBRA e o SINASEFE, que neste momento encontra-se em greve, lutando por seus direitos básicos e por educação pública de qualidade. Estendo esses cumprimentos a todas as entidades presentes. Cumprimento ainda um dos Coordenadores do Fórum Nacional de Educação, Prof. Arlindo Queiroz, que aqui representa o Ministério da Educação. Registro a presença dos companheiros diretores da CNTE, Odair, do Maranhão e Ana Denise, do Paraná, que acompanham essa audiência.

Nesses 10 minutos dedicados à CNTE, quero trazer sua posição que já foi além daquilo que a CNTE apresentou. O que quero apresentar aqui sobre a Meta 17 já é um trabalho consolidado no Fórum Nacional de Educação, que fez um encontro nacional para discutir todas as emendas ao Plano Nacional de Educação. Desse encontro, conseguimos fazer um levantamento dos seis eixos dedicados à CONAE. A partir dos eixos dedicados à CONAE, vamos fazer uma relação das emendas que têm a ver com aquilo que o documento final da CONAE apontou para as políticas educacionais em nosso País.

Trabalhamos, a CNTE e a ANPED, com a Profa. Dalila, no eixo de formação e valorização dos profissionais de educação. Nesse eixo, para as Metas de 15 a 18, encontramos 380 emendas. Dentro do fórum, e com a sua aprovação, conseguimos trabalhar um enxugamento para 57 emendas consensuadas, que o fórum irá indicar para contribuir com o relatório do Deputado Angelo Vanhoni. Estamos num processo de sistematização dessas emendas, colocando a justificativa para aquelas emendas que não queremos que ingressem no Plano Nacional de Educação, para dar base e contribuir com o relatório. Esse material, na próxima semana, deverá ser entregue pelo coordenador do fórum ao Deputado Angelo Vanhoni, Relator do PNE.

Para a CNTE, a Meta 17, que apresento, já é fruto daquilo que o Fórum Nacional de Educação está indicando para o projeto. A CNTE se sente contemplada dentro desse texto de emenda à Meta 17. Entendemos, Deputado Angelo Vanhoni, que se pode fazer a fusão da Meta 17 com a Meta 18. Ao se fazer a leitura do projeto, entendemos que quando se pega as estratégias colocadas dentro da Meta 18, muitas têm relação com a Meta 17, ou vice-versa. As estratégias da Meta 17, por exemplo, podem ser direcionadas para outras metas como a 15 e a 18, e ela fica um



pouco esvaziada em seu conteúdo, além de trazer um elemento que vai na contramão da legislação já existente.

Por isso, essa emenda que foi apresentada — o fórum discutiu e está indicando para o relatório — tenta fazer a fusão da 17 com a 18, garantindo a valorização profissional na perspectiva do salário. E aí já foi citado aqui igualar o rendimento médio com o dos outros profissionais. Esse igualar já vem ao encontro da Resolução nº 12, do Conselho Nacional de Educação, que, ao definir salário condigno para os profissionais do magistério, diz que esse salário condigno é, no mínimo, o mesmo valor daqueles de nível superior de outras secretarias. Isso está escrito em resolução que regulamentou leis já existentes.

Além de garantir esse avanço no salário dos profissionais da Educação, queremos garantir o piso, a lei já existente, ainda sem contemplar o conjunto dos profissionais da Educação, respeitando o art. 206 da Constituição Federal, que define que o piso salarial profissional nacional é para os profissionais da Educação. O seu parágrafo único diz que uma lei deverá regulamentar e indicar quem são esses profissionais da Educação.

Esta Casa já aprovou a Lei nº 12.014, sancionada pelo Presidente da República. Ela está em vigor. Alterou os arts. 61 e 62 da LDB e definiu quem são esses profissionais da Educação. Essa lei, como disse, foi aprovada nesta Casa, onde lutamos muito pela sua aprovação e para que tivesse o reconhecimento de que todos aqueles que atuam na Educação são profissionais da Educação, o que a LDB não contemplava, tem que dar continuidade a esse processo.

Chamo a atenção para o Projeto nº 8.035 que foca todas as suas políticas de formação e valorização nos profissionais do magistério. Então, é importante analisar todas as emendas apresentadas, alterando para profissionais da Educação em conformidade com a LDB. É importante que isso seja assimilado no relatório. Esse piso, que deverá ser estendido ao conjunto dos profissionais da Educação, e o plano, que tem que apontar isso, têm que estar colados, andando juntos, como dissemos na CNTE. Piso e carreira andam juntos. A perspectiva de vincular os planos de carreira nos Estados, Distrito Federal e Municípios é outro elemento que colocamos nessa emenda, para alterar a original, com a perspectiva de relacionar piso e carreira num processo de valorização dos profissionais da Educação.



Essa emenda, Deputado Angelo Vanhoni, precisa trazer no seu conteúdo o atendimento ao conjunto dos trabalhadores da educação básica e superior. Isso é importante. Por isso propusemos a fusão da 17 com a 18. Não tenho a certeza de que este conteúdo contempla o conjunto da educação básica e superior, mas é necessário que se faça esse trabalho com a perspectiva de atender esses trabalhadores.

No entanto, temos ainda a Meta 18, colocada com várias emendas e mantida no Fórum Nacional de Educação como indicação, e chegará aqui como indicação, se for mantida a Meta 18, com a perspectiva de assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos e carreiras para os profissionais da Educação, para o conjunto da educação básica e superior. Entendemos que da forma como está definida para os profissionais do magistério, ela também tira aquilo que a Lei do Piso determinou como prazo para a educação básica, 31 de dezembro de 2009, aprovado por esta Casa.

Se Estados e Municípios não cumpriram a lei determinando prazo para elaborar ou reformular seus planos de cargos e carreiras, temos que usar a outra lei para punir Governadores e Prefeitos que não cumprem a legislação, e não dar mais um prazo para que eles possam construir aquilo que é um dever desses dirigentes, qual seja o de cumprir o seu papel e implantar esse plano de cargos e carreiras.

Entendemos então que a 17 e a 18 podem ser fundidas com a perspectiva de atender esse conjunto. Portanto, esse trabalho é fundamental para avançarmos naquilo que indica a CNTE, que a Educação quer mais, e a nossa pressão colocada sobre esse quer mais, com a perspectiva do piso, da carreira, 10% do PIB e um plano nacional de educação que o Brasil quer, com a perspectiva de um plano nacional de educação como política de Estado, sabemos que é uma tarefa de todos nós. Mas está nas mãos de Deputados e Deputadas construir esse caminho.

Contem conosco para firmar esse rumo. Que o Fórum Nacional de Educação, que conta com trabalhador do setor público e privado, empresários, centrais sindicais, segmentos da comunidade escolar, diversos setores, através das campanhas, e movimentos que atuam na Educação, apresente essas propostas como elemento fundamental para fazermos um novo Brasil e caminhar com uma educação de qualidade para todos.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - O Prof. Heleno apresentou a proposta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. As propostas de emenda que o Prof. Heleno apresentou são exatamente as que nós apresentamos, e esperamos que sejam exatamente as do Relator, não é, Professor Sétimo? O Relator está aqui olhando.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A partir da discussão de hoje o Relator não deverá ir mais ao MEC, nem ao Ministério da Fazenda. Faz o relatório dele sensibilizado pela pressão social. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - O Heleno está dizendo que principalmente o Ministério da Fazenda, Deputado Ivan.

Vamos passar agora a palavra ao Deputado Angelo Vanhoni, para depois a gente prosseguir com a outra mesa.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Primeiro, quero cumprimentar as entidades que estão presentes nesta audiência pública, a Deputada Fátima e os Srs. Deputados, a Deputada Teresa Surita, Vice-Presidenta, a Deputada Professora Dorinha, a Marila.

Gostaria de fazer uma pergunta e aproveitar para que a gente possa ir tirando algumas dúvidas.

Nós estamos trabalhando nas emendas e estamos começando a esboçar uma primeira imagem do Plano Nacional de Educação. Esperamos nos próximos dias chegar a concretizá-lo.

O Deputado Ivan Valente fez emendas com esse teor e outros Deputados também. Gostaria de aproveitar a presença das senhoras para que pudessem talvez esclarecer um pouquinho como imaginam, compreendem esse Sistema Nacional de Formação dos Professores, pois não conseguimos saber como isso se constituiria, como realizaríamos isso — inclusive na justificativa das emendas.

Então, gostaríamos de avançar um pouco nas perguntas e nos questionamentos, para que a gente pudesse ter uma ideia mais precisa da proposta em discussão.



Quanto à questão que o Prof. Heleno levanta, estamos avaliando, entre a fusão da 18 e da 17. É uma questão de enfoque, de como encarar as duas questões que estão bem conceituadas nas duas emendas separadas.

O Governo teve a ideia de separar com o objetivo de dar um certo destaque. Quanto ao conjunto de estratégias e emendas, você tem razão, elas se relacionam. Mas nós vamos avaliando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Agradecemos à Profa. Leocádia pela presença.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Deputada Fátima.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Tenho um compromisso no Senado e precisava passar lá. Mas gostaria de ouvir os comentários a esse questionamento sobre o sistema de formação antes de me retirar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Está o.k.

Vamos passar a palavra à Profa. Iria e à Profa. Ivany.

A SRA. IRIA BRZEZINSKI - Deputado Vanhoni, o Sistema Nacional de Formação foi também idealizado por esse Governo, em 2007, quando pretendia fazer essa grande articulação da política global de formação e de valorização desses profissionais.

A ideia avançou. Seria um subsistema no interior do Sistema Nacional, sem dúvida. Ele se articula, sem dúvida. Mas naquele momento, em 2007 e 2008, em que fizemos seminários em relação ao sistema, houve uma diferença entre a terminologia.

Por fim, o Governo teve a feliz ideia de, no momento, instituir por decreto essa política nacional, que já faz parte do sistema — o Decreto nº 6.755. Então, naqueles moldes da política em que se congregam as duas grandes necessidades da formação e da valorização dos profissionais da Educação, esse sistema estaria articulado ao sistema nacional.

Daí, o senhor poderia nos dizer, talvez, mas vamos criar uma série de subsistemas? Jamais. Não se pretende uma série de subsistemas. Ele está intrinsecamente articulado ao sistema nacional e com base na formulação do próprio



Decreto nº 6.755, em que os entes federados se responsabilizam pela formação inicial e continuada em todos os níveis.

Temos um grande espaço democrático para discutir esse subsistema criado em todos os Estados que é o Fórum de Apoio à Formação e à Valorização do Magistério. Então, a partir desse decreto, nos inspiramos nele, esse subsistema poderá ser configurado. Poderemos trazer mais detalhes. Temos que nos remontar a 2007, 2009, ao Decreto nº 6.755 e às experiências que estamos tendo baseado na pesquisa que a ANFOPE realiza em 23 Estados da Federação em relação a essa articulação entre os entes federados, recursos disponíveis. Esse Subsistema hoje está vinculado à CAPES da educação básica. Parece que ele deve ter uma outra vinculação nesse plano. Não temos certeza. Ainda temos dúvida, mas, de fato, ele deve ser alçado a uma articulação em que os entes federados estejam muito presentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - A Deputada Dorinha pediu a palavra. Vamos conceder a palavra a S.Exa.

Gostaríamos de contar com a compreensão dos demais Parlamentares, porque vamos instalar a segunda Mesa e todos permanecerão aqui para depois realizar o debate conosco.

Deputada Dorinha com a palavra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Posso até aguardar a resposta depois. É muito mais para provocar o Relator, porque quanto à questão da formação temos muitos desafios.

Tenho uma grande preocupação, primeiro, em relação às diretrizes de formação feitas pelo Conselho Nacional, que são amplas demais, cabe tudo ali dentro. Tenho uma grande preocupação com esse desenho em relação às diferentes disciplinas. Preocupo-me muito com o processo de expansão que foi feito pela formação. Não tenho nada contra a educação à distância, mas, em muitos lugares, a formação do professor ficou a cargo somente da educação à distância, sem regulação, sem acompanhamento, sem inclusive um processo muito importante e difícil de conciliar na educação à distância em grande escala, o estágio, a formação continuada.



A pesquisa que a Profa. Bernadete Gatti coordenou na Fundação Carlos Chagas nos provoca ainda mais, quando olhamos os desenhos dos programas de curso de formação e a distância deles da escola real, e a demanda que é colocada para o professor. Aí me parece muito cômodo quando vemos uma pesquisa recém apresentada na *Folha de S. Paulo*, que diz que as escolas não ensinam o que têm que ensinar, o professor não dá a disciplina que deveria dar, como se fosse uma coisa que o professor faz de propósito, para não ensinar e para não dar aula. Na verdade, nosso problema é muito anterior.

Então, como poderíamos pensar na articulação de um sistema em que conseguíssemos conciliar instituições públicas, privadas, diretrizes. Parece um pouco até maldade o que a gente faz. Não dizemos o que será ensinado, não formamos o professor para esse trabalho, e depois a gente avalia e diz que a escola pública é péssima.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Obrigada, Deputada Dorinha. Fica aqui a reflexão para o debate.

Agradecemos ao Prof. Heleno, que tão bem representou aqui a CNTE, a Profa. Ivany, representou o CEDES, Iria, que representou a ANFOPE, Leocádia, que representou a UNDIME.

Depois abriremos a palavra para o debate. Chamaremos a Sra. Léia de Souza Oliveira, representando a FASUBRA; o Sr. Helder Machado Passo, representando o PROIFES; o Sr. Alberto Santos, representando o SINASEFE; a Sra. Dalila Andrade, representando a ANPEd.

Queremos registrar a presença da Profa. Márcia, representando a ANPAE. Seja muito bem-vinda, Márcia. Quando abrirmos a palavra para o debate, você poderá dar sua contribuição.

Vamos destinar 15 minutos para cada participante, depois abriremos o debate com os Parlamentares e com o conjunto das entidades que se apresentaram.

Concedo a palavra ao Sr. Francisco Jacó Paiva, representando a ANDES.

O SR. FRANCISCO JACÓ PAIVA - Bom dia a todos e todas. Nosso bom dia à Deputada Fátima Bezerra, ao Deputado Angelo Vanhoni. Na pessoa dos dois, saúdo os Parlamentares presentes e faço aqui uma saudação especial aos companheiros da FASUBRA e do SINASEFE que estão neste momento num



processo de enfrentamento na defesa da dignidade, do trabalho docente, do trabalho dos técnicos, em defesa da educação.

Primeiro, quero dizer que a nossa Presidente, Profa. Marina Barbosa, não se encontra presente neste momento em razão de compromissos acadêmicos. Estou aqui na condição de Diretor da ANDES, membro do grupo de trabalho de política educacional do nosso sindicato. Sou professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas.

Vou pedir permissão para ler um texto que nosso grupo de trabalho produziu, fazendo o cotejamento desta discussão, açambarcando parte do que está na Meta 15, 16, 17, 18, porque entendemos que o processo de debate deve envolver o tema da formação da valorização da carreira e dos salários de uma forma articulada.

O texto trata da temática cara aos trabalhadores e trabalhadoras da educação em todos os níveis e modalidade de ensino, da educação infantil à pós-graduação, tendo como eixo articulador dessa nossa intervenção o PNE da sociedade brasileira e a proposta do nosso sindicato, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior para a universidade que consta do nosso caderno 2. Apresentamos a situação do atual projeto de lei quanto à temática e faremos críticas que entendemos são pertinentes ao que está em discussão.

Importa aqui neste momento resgatar o conceito de universidade utilizado pelo movimento docente que se articula na ANDES, que compreende as instituições de ensino superior como universidades, faculdades, instituições isoladas, CEFETs, os institutos federais para os quais é estabelecido o padrão unitário de qualidade, a partir da insociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A carreira docente deve ser unificada em todos os níveis, articulada pela dedicação exclusiva, valorizando tempo de serviço como anuênio, quinquênio e a formação e titulação, esta visada e obtida em cursos de nível médio e superior, integrados e continuados, segundo um projeto de formação profissional da categoria. O ingresso na carreira deve ocorrer unicamente por meio de concurso público de provas e títulos e critérios transparentes e definidos de forma coletiva e democrática, estabilidade no emprego e regime estatutário de contratação. Os princípios que a ANDES defende para a categoria de docente do ensino superior de



fato, no nosso entendimento, são pertinentes também à carreira do magistério da educação básica.

Vejamos. Valorização da dedicação exclusiva, entendida como regime de trabalho preferencial dos docentes; isonomia salarial em valor integral, correspondente a cada posição na carreira, o que implica na incorporação das gratificações presentes nos contracheques dos professores; paridade e integralidade na aposentadoria; garantia de transposição dos docentes aposentados com enquadramento na nova carreira, que corresponda à posição relativa na carreira no momento em que se deu a aposentadoria; e desenvolvimento na carreira dissociado da avaliação produtivista.

Por fim, tão importante quanto as demais, a valorização do trabalho docente, estruturado a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em que pese a ser um critério constitucional nas universidades, a defesa da qualidade do trabalho docente na escola básica passa também pela possibilidade de uma docência associada à pesquisa e ao diálogo extensionista.

Como professores formadores, defendemos essa relação entre carreira, salário e trabalho para as IES e a indicamos também para a educação básica, independentemente do nível de modalidade de ensino. Há que considerar as condições de trabalho e infraestrutura pedagógica como elementos fundamentais da valorização do trabalho docente. Na expressão da ajuda do magistério, da educação básica, sua valorização passa pela implantação do piso nacional com garantia de remuneração da hora/atividade, contemplando o reconhecimento do trabalho na preparação de aulas, avaliação do trabalho dos estudantes, com reajustes anuais.

No que se refere à formação, entendemos a necessidade de que toda formação básica da educação infantil a pós-graduação seja de forma presencial, fincada no tripé ensino, pesquisa e extensão, alicerçada em uma docência potente para compreender, elaborar e intervir no mundo do trabalho, disputando projetos políticos e pedagógicos. Compreendemos que o direito à formação e ao trabalho são faces de uma mesma moeda. Os princípios formativos da pesquisa e da extensão devem se constituir em articuladores curriculares também para cursos de nível médio.



Enfatizamos a necessidade de retomar o debate sobre formação humana ampla, com base comum nacional, particularizada nas relações teoria e prática comprometidas social e politicamente e produzindo saberes articulados ao conhecimento construído pela humanidade, incorporando a pesquisa como princípio formativo, arcabouço necessário para nos armar em contraposição ao modo como se apresenta a ideologia do capital humano presente, travestida de habilidades, competências e empreendedorismo.

Em perspectiva semelhante, defendemos que a formação de trabalhadores para atuar nas áreas técnicas e administrativas do sistema de ensino deve buscar o mesmo padrão de qualidade proposto para o magistério, tendo em vista que a educação escolar não se reduz à sala de aula e se viabiliza pela ação articulada entre todos os agentes educativos.

No que se refere às universidades, à garantia de qualidade social, política e pedagógica, ratificamos a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, assegurando preferencialmente o regime de dedicação exclusiva como condição para o trabalho docente e a garantia de bolsas de iniciação científica e extensão como mediadores da formação de qualidade dos discentes.

Em todos os casos, a titulação/certificação precisa ser tomada como decorrência e não como foco. Não pode ser diferente a formação continuada em serviço. Há que ser pautada por reflexão, valorização e reconhecimento do trabalho docente, contrapondo-se à lógica utilitarista que repercute em índices dos sinais através de certificação. A pós-graduação *lato sensu* precisa ocorrer de forma gratuita, com redução de jornada de trabalho para estudo, e articulada ao plano de cargos e salários. Na pós-graduação *stricto sensu*, defendemos que o curso seja realizado com liberação de bolsa de estudo para todos, independentemente do ranqueamento feito pelo sistema CAPES.

Durante quase 26 anos, através do Programa Institucional de Capacitação Docente Técnica, formavam-se docentes e técnicos nas IES com bolsas para realização de cursos de pós-graduação entre cursos recomendados pela CAPES. A própria instituição de origem conduzia o processo de seleção de acompanhamento dos bolsistas. Os cortes de investimento, resultado das subordinções consentidas no Governo de Fernando Henrique a recomendações do FMI e do Banco Mundial,



fizeram com que essa forma de capacitação deixasse de ser priorizada. Foi introduzido o Programa de Qualificação Institucional, que excluiu inclusive servidores técnicos administrativos das universidades, aportou menor volume de recursos, permitiu o controle por parte da CAPES e do aparato acadêmico ali associado dos rumos da formação acadêmica pretendida pelos que demandavam esses programas.

No Governo Lula, aprofundaram-se as formas de controle de formação docente, do produtivismo na avaliação do trabalho docente e do ranqueamento entre os programas de pós-graduação e também não incluiu os servidores técnicos administrativos nos programas de formação em nível de pós-graduação. A CAPES, através do Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes — PLANFOR, como um grande guarda-chuva, centraliza e controla a formação docente, aprofunda a segmentação entre as universidades federais promotoras e receptoras, orientando as políticas de desenvolvimento do Plano Nacional de Pós-graduação, instituiu o Prodoutoral para jovens doutores e expandiu os MINTER e DINTER, cursos de mestrado e doutorado interinstitucionais criados no Governo de Fernando Henrique.

As justificativas, tanto para o PLANFOR, MINTER e DINTER, estão fortemente marcadas por metas em relação ao ensino de pós-graduação, criação de grupos de pesquisa, implantação de novos programas de pós-graduação, inserção do recém-doutor, desenvolvimento de novas áreas de concentração e de linha de pesquisa em programas já existentes e avaliação de desempenho.

No caso do PLANFOR, busca-se a mobilidade individual do docente em formação com a concessão de bolsa articulada depois de 4 anos de trabalho nas IFES em 3 períodos, até 18 meses de bolsa para o docente doutorando, apoio à mobilidade de orientador e a do bolsista, respectivamente, concessão de até 6 meses de bolsa para o doutorando em fase de conclusão da redação final e da defesa da tese. O que quer dizer, de fato, que o período de liberação de bolsa para o doutoramento hoje restringe-se a 24 meses. No MINTER e DINTER, a mobilidade é do docente formador, além de constituir política de pós-graduação para docentes das IFES das Regiões Norte e Nordeste, ao MINTER e DINTER/CETEC para formação dos IFES.



Já para os professores e professoras de educação básica, o MEC instituiu o Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica — PARFOR, através da CAPES, em colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios e as instituições públicas de educação superior neles sediados, para ministrar cursos superiores gratuitos a professores em exercício das escolas públicas sem formação adequada com base em demandas ou formação diagnosticada pelo Programa de Ação Articulada — PDE.

Assim, todas as licenciaturas das áreas de conhecimento da educação básica, a partir do Decreto nº 6.755, de janeiro de 2009, são ministradas no escopo do PARFOR nas modalidades presencial e a distância, cursos de primeira licenciatura para professores sem graduação, de segunda licenciatura para licenciados atuando fora da área de formação e formação pedagógica, para bacharéis sem licenciaturas. A centralização das inscrições se dá pela Plataforma Paulo Freire.

A exposição dos projetos e programas deixa clara a pulverização e fragmentação das ações e o controle permanente do sistema CAPES, a despeito da autonomia didático-científica propugnada pelo art. 207 da Constituição Federal.

Além disso, a formação de professores da educação básica, corretamente imputada a instituições de ensino superior, mas como se apresenta como imposição e não demanda da própria IFES, amplia a jornada de trabalho nessas instituições à revelia das condições materiais e de pessoal existentes.

Então, nós, professores das universidades federais, por exemplo, temos acumulado muito mais trabalho com esse processo de formação que foi colocado, porque, além dos nossos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão, temos que atender aos programas de formação, e isso implica maior precarização para o trabalho dos professores, muitas vezes não acompanhado das condições de trabalho nas universidades. Seja presencial, seja a distância, implica subtrabalho para o docente, não raro na contraditória figura de docentes concursados, com DE em IES pública e terceirizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ou quarteirizados pelas fundações ditas de apoio para cumprir uma função precípua das licenciaturas nas IFES: formar professores.



Outra estratégia utilizada vem sendo incluir estudantes e técnicos não docentes em processos de formação, assumindo funções docentes — tutor, colaborador, estagiário —, incluindo estágio obrigatório de docência para pós-graduando. Em qualquer dos casos, a quantidade de vagas abertas para a formação em absoluto garante a qualidade nesses processos e agrava-se porque acaba repercutindo nas condições de trabalho docente, tanto no ensino de graduação e pós quanto no exercício da pesquisa e extensão, essa, sim, uma articulação que potencializa a qualidade do conhecimento produzido nas IES e, por consequência, a formação realizada.

É essa mesma lógica formal que permeia metas e estratégias do PL, no nosso entendimento, como se o aumento quantitativo imputasse necessariamente a qualidade. Sem avaliar qualitativamente a formação dos professores, quer a realidade das redes, quer a possibilidade das IES, o projeto do PNE atual define metas quantitativas para formação de professores na graduação e pós-graduação, reiteramos, propostas, a princípio, necessárias, no entanto sem minucioso cuidado com o modo pelo qual será produzida essa formação por redundar em quantitativos sem associar necessária repercussão qualitativa.

Há um leque de políticas implantadas com as quais o PNE não dialoga, mas sobre as quais vai repercutir. Explicitaremos duas: as diretrizes curriculares centradas na formação de professor polivalente e o Exame Nacional de Admissão de Docentes. No primeiro caso, uma formação tão abrangente que implicará imediatas qualificações. No segundo, uma clara intervenção na autonomia de Municípios e Estados, os quais, pela premissa da contestação de gastos, tenderão a aceitar esse tipo de exame como processo de seleção no lugar de concursos públicos localizados.

Mais quatro aspectos relevantes na pauta da valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação. O PL em nenhum momento faz referência à imprescindível paridade de remuneração entre ativos e aposentados; à crescente sobrecarga associada; à precarização das condições de trabalho na educação básica, que têm implicado ampliação das doenças causada na docência; e às formações implantadas sem redução da jornada de trabalho. E o PL em nada



explicita a proteção a essa jornada. De fato, podem produzir um adoecimento ainda maior.

Estágio probatório e assédio moral. Não há, no texto, referência ao estágio probatório, que, com o volume de trabalho imputado nas IES e sem uma normatização constituída pelo quadro de docentes, tem sido usado pelas chefias imediatas como palco de assédio moral. E ainda há uma particularidade: o assédio moral a substitutos ingressantes, imputando-lhes jornada de trabalho muito além daquela possível para o exercício da docência com qualidade.

Diante do exposto, compreendemos que as metas e estratégias referentes ao tema que estão presentes no PNE são insuficientes e não vão realmente corrigir as graves distorções no processo da valorização e da formação dos docentes que o nosso País tem enfrentado.

Essas são as considerações que o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior traz para o debate.

Agradecemos o espaço democrático que foi aberto para a nossa entidade se posicionar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Agradecendo ao Dr. Jacó, passaremos imediatamente a palavra à professora Léia, técnica administrativa que aqui representa a FASUBRA.

A SRA. LÉIA DE SOUZA OLIVEIRA - Bom dia, Deputada Fátima Bezerra, Srs. Deputados.

Inicialmente, eu gostaria de fazer um cumprimento especial aos meus companheiros e companheiras do Comando Nacional de Greve da FASUBRA e aos companheiros da ANDES, do SINASEFE, do PROIFES e demais entidades presentes na Mesa.

Antes de entrar na discussão sobre a valorização dos profissionais de educação, desejo destacar um aspecto importante neste momento neste plenário: a maioria dos presentes são técnicos administrativos das universidades. Portanto, temos uma grande visibilidade aqui, mas continuamos invisíveis na legislação. Essa é uma questão que trazemos para a reflexão, em particular do Deputado Angelo Vanhoni, Relator do PNE.



A FASUBRA Sindical existe desde 1978. Nossa luta é antiga e permanente pelo respeito e reconhecimento dos trabalhadores técnicos administrativos nas Instituições Federais de Educação Superior, aí englobando as universidades e as escolas voltadas para a educação tecnológica.

A LDB relaciona-se, de forma muito preconceituosa, no que diz respeito aos técnicos administrativos, primeiro ao considerá-los como não docentes, o que é uma forma de negar a existência de alguém; segundo, como funcionários e servidores. Ou seja, nós não existimos.

Depois de 20 anos de luta, conseguimos, através da Lei nº 11.091, uma conquista que, para nós, é mais importante até do que a própria questão salarial: a afirmação de uma identidade. Na Lei nº 11.091, somos reconhecidos como trabalhadores em educação, técnicos administrativos. Mesmo assim, legislações posteriores se negam a reconhecer esse dispositivo legal de uma lei que apenas delinea o papel dos trabalhadores nas universidades.

Veio a Lei nº 12.014, de 2009, que representou uma importante conquista quanto à conceituação do que são os profissionais de educação, mas ainda continuou reduzida a um segmento, os funcionários de escolas. E, entre os funcionários de escola, apenas aqueles que têm formação em magistério.

Agora, nós enfrentamos o PNE, e eu gostaria de começar o debate dizendo que a luta por valorização do trabalho é um dos elementos principais que motivou a FASUBRA nessa greve que já acumula mais de 80 dias. Quando lutamos por melhoria salarial, por investimento no piso, por qualificação, por formação, estamos lutando pela valorização do trabalhador e, conseqüentemente, pela qualidade do ensino e da educação superior. E o PNE, nas suas metas, principalmente nas Metas 15, 16 e 17, em particular na Meta 17, desconhece, mais uma vez, que existe na universidade técnicos administrativos. Quando fala em formação dos profissionais de educação, quando estabelece como meta o investimento no piso dos profissionais de educação, quem são esses profissionais de educação?

Ora, é uma vergonha um País como o nosso, que tem o desafio de promover uma revolução que passa pela educação, ter salários tão baixos para os professores da educação básica e também da educação superior. Se queremos, de fato, que a educação seja uma ferramenta para a transformação social — e aí a educação deve



abranjer todos os níveis e modalidades, não apenas a educação básica; se defendemos a criação do sistema nacional articulado, a educação superior deve ter o mesmo tratamento que a educação básica —, quando se discute valorização e formação dos profissionais de educação, precisamos dar voz e vez aos trabalhadores técnicos administrativos também no PNE.

Para quem não conhece a realidade da universidade, quero dizer que somos hoje, Deputado Vanhoni, 182 mil trabalhadores, mais do que docentes na universidade, e 182 mil trabalhadores com o piso de R\$1.034,00, menor que dois salários mínimos.

Então, se queremos, de fato, expandir a educação superior, que, aliás, vem se expandindo de uma forma muito positiva; se queremos, de fato, que essa expansão cumpra com o seu desafio principal — formar profissionais que tenham compreensão do seu papel na transformação social —, precisamos qualificar. Além de dar condições de trabalho dignas, um piso salarial digno para que os trabalhadores sejam motivados a vir para a universidade.

Hoje, a universidade pública brasileira — poderia até um gestor dar um depoimento aqui — sofre um nível de rotatividade muito grande. Muita gente entra na universidade já de olho em outro cargo, devido ao valor baixíssimo do salário. Isso tanto vale para os técnicos administrativos, quanto para os docentes.

Então, para nós, a ampliação do conceito de profissionais da educação no PNE e em seus metas é fundamental. E esperamos que o Relator Vanhoni tenha percebido isso nas emendas que apresentamos, emendas foram absorvidas por vários Parlamentares da bancada do PT e do PCdoB.

Uma emenda simples, para nós, resolveria o problema. Quando se falar em “*profissionais de educação*”, identificar “*docentes, técnicos administrativos e funcionários de escola*” — aqui inclusive encampando a sugestão do companheiro Heleno, da CNTE. Senão, vamos ter um Plano Nacional de Educação por 10 anos em que o Estado vai se preocupar em desenvolver projetos de lei para regulamentá-lo com a preocupação apenas de atender a essa demanda histórica do magistério, e a educação superior ficaria em segundo plano e, dentro da educação superior, a situação dos técnicos.



Vou situar rapidamente com estamos hoje na parte de qualificação e formação.

Nós conquistamos a Lei nº 11.091, em 2005. Essa lei teve um significado muito importante para nós; Além de garantir a afirmação de uma identidade, que nos era negada na LDB, conseguimos estabelecer nessa lei a obrigatoriedade de que as instituições de educação superior incluíssem, em seus planos de desenvolvimento institucional, o plano de capacitação e desenvolvimento de pessoal. Só que não adianta ter uma lei que estabeleça para as universidades a obrigatoriedade desse plano de capacitação e formação se não há recursos.

Então, a FASUBRA vem numa luta muito antiga junto ao MEC para garantir o Plano Nacional de Capacitação com financiamento público estável. Senão, fica na seguinte situação que vivenciamos hoje: a depender do perfil democrático com que se organiza a instituição, os reitores constroem esse plano de capacitação, que vai da a formação básica até a formação superior em nível de pós-graduação. Felizmente, também conquistamos, nessa mesma legislação, o incentivo à qualificação nos mesmos moldes dos docentes, o incentivo a mestrado, especialização e doutorado. Ou seja: há uma indução à busca da qualificação, só que não há recursos suficientes.

Também estamos reivindicando — por isso, é necessário incluir essa meta no PNE — que seja estendido para nós o que os técnicos administrativos dos IFETs conquistaram, as bolsas, via CAPES, para formação em nível de pós-graduação. Achamos muito importante essa conquista na época da criação dos IFETs. Em que pese ao fato de o número dever ser limitado, pelo menos colocou-se como norma que a CAPES, além de liberar bolsas para os docentes dos IFETs, também tem de ter um programa de bolsas para capacitação dos técnicos administrativos. Se os IFETs conseguiram, por que o MEC, através da SESU, não estende essa mesma política para os técnicos administrativos das universidades?

Há uma outra questão em que temos trabalhado, reconhecendo como importante iniciativa. Sabemos que parte do PNE, não obstante todas suas limitações, foi resultado do esforço coletivo a partir da Conferência Nacional de Educação, de que nós participamos. A FASUBRA é uma entidade que participa de todos os espaços de disputa: do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, nos



idos da década de 90; da construção do Plano Nacional de Educação pela sociedade — fomos derrotados, nesta Casa, na forma do substitutivo do falecido Deputado Nelson Marchezan; e da Conferência Nacional de Educação, que achamos um espaço democrático importante.

E, para mudarmos a educação neste País, todos os setores da educação devem ter um protagonismo importante. Não devemos nos eximir do nosso papel de atores políticos, de disputar em todos os espaços o projeto de educação que defendemos para o País.

E nossa participação na CONAE esteve centrada em três aspectos.

O primeiro diz respeito à democratização da educação. A FASUBRA foi uma das primeiras entidades a defender, em relação a um acesso democrático, a política de ações afirmativas através das cotas raciais e sociais nas universidades. Achamos que isso deve ficar claro no texto do PNE.

O segundo é relativo ao financiamento. Por isso, já distribuímos aqui um texto. Estamos defendendo 10% do PIB, no mínimo 10% do PIB. Isso é o mínimo do mínimo. E esperamos que esta Casa ouça a voz rouca da população, dos movimentos sociais; ouça a Conferência Nacional de Educação, que apontou essa diretriz para ser incluída no PNE, se de fato queremos transformar a educação.

E, por último, um elemento que, para nós, é importante na definição das atribuições dos profissionais que atuam na educação em todos os seus níveis, desde a escola até a universidade: o respeito ao papel de cada um. Inclusive, é bom que esteja presente um companheiro da ANDES. Somos parceiros nessa luta. Temos um projeto em comum sobre a universidade, com pouquíssimas diferenças. Há consenso em torno das diretrizes principais. Mas temos uma problemática no ambiente acadêmico e administrativo nas universidades que devemos enfrentar. E, neste momento em que estamos discutindo um plano nacional para a educação, temos que ter alguns diagnósticos, para que, de fato, possamos superar esses problemas que são vícios, que decorrem de uma cultura negativa herdada que não conseguimos vencer porque não a enfrentamos com o vigor necessário.

No ambiente da universidade, a maioria dos espaços administrativos, que deveriam ser ocupados por técnicos administrativos, ainda são ocupados por docentes. O docente deixa de exercer o seu papel principal — a pesquisa, o ensino



— para ocupar atividades meramente administrativas, que deveriam ser desempenhadas pelos técnicos administrativos.

Então, quando discutimos valorização e formação, temos que ter clareza dessas dificuldades que ocorrem no ambiente da universidade e temos que conversar entre nós, FASUBRA e ANDES, para ter uma política única de combate a esse tipo de precarização das relações de trabalho, porque é uma precarização quando função administrativa passa a ser exercida por docente.

Então, nesta pequena intervenção, Deputado Vanhoni e Deputado Artur Bruno, gostaríamos de destacar que o conteúdo das emendas que apresentamos ao PNE tem muito a ver com a nossa greve. E gostaríamos, mais uma vez, de pedir apoio a ela, porque o que estamos querendo é apenas que o Governo apresente uma contraproposta de investimento no piso da nossa tabela. É um piso de 1.034 reais, inconcebível para o papel que desenvolvemos na universidade, inconcebível pelas atribuições que hoje constam da Lei nº 11.091, que estabelece para a categoria responsabilidades em todas as atividades da universidade, direta ou indiretamente, no ensino, na pesquisa e na extensão. Em qualquer atividade da universidade, o técnico administrativo está presente.

Então, nessa parceria que temos com a luta dos docentes da educação básica, precisamos nos debruçar sobre a evolução e a equiparação do piso, a média do salário dos trabalhadores de nível superior, mas também devemos nos debruçar sobre uma política para o piso dos profissionais da educação das universidades, tanto docentes, quanto técnicos administrativos.

Já que queremos de fato transformar a educação e o PNE vem com todos esses desafios, vamos ampliar a compreensão do conceito de profissionais e ampliar o atendimento a essa meta de valorização do piso.

Para finalizar a minha intervenção, gostaria de citar uma frase de Boaventura Santos, no seu livro *Pela mão de Alice*: *“Para a universidade se transformar numa força para o exterior, para ser de fato uma referência para o exterior, ela precisa democratizar-se internamente. E, para se democratizar verdadeiramente no seu interior, ela precisa reconhecer os trabalhadores técnicos administrativos como docentes de saberes diferentes”*.



E, nessa lógica de que todos somos docentes com saberes diferentes e que todas as atividades desenvolvidas têm um componente pedagógico-educativo, estamos reivindicando a equiparação no tratamento, uma vez que todos somos profissionais da educação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Obrigada, Léia, a quem saúdo pela participação.

Passo imediatamente a palavra ao Prof. Helder Passos, do PROIFES.

O SR. HELDER MACHADO PASSOS - Saúdo a Deputada Fátima Bezerra e o Deputado Vanhoni, assim como a todos os presentes. Saúdo também os meus colegas do Maranhão, da FASUBRA e os técnicos administrativos em educação que estão na luta, luta que não encerramos, mas que teve um tempo para respirar, no dia 26, quando assinamos um acordo com o Governo, Na verdade, não é um grande acordo, mas é um acordo em perspectiva, exatamente porque pensamos que o mais importante neste momento é estabelecermos um plano de cargos e salários razoável para a categoria.

Sinto que minha fala foi prejudicada — eu havia escrito 75 laudas —, mas é um prejuízo positivo, porque estabelece certo consenso. Concordo com a maioria do que os colegas disseram.

Quero dizer da importância da realização dessas audiências, seja em Brasília, seja em Poção de Pedras, seja em Tuntum, em Barra do Corda, seja em Cajapió, no Estado do Maranhão, seja em qualquer lugar, mas que nelas possamos falar e ouvir professores, técnicos e funcionários, enfim, todos os que fazem a educação e que, na grande maioria das vezes, não são ouvidos, não são vistos etc.

Vou falar um pouco sobre a história do PROIFES. Nossa participação no cenário da educação não se limita às questões do ensino superior, tampouco às questões de reivindicação salarial, mas fundamentalmente nos ocupamos das condições gerais do exercício educacional, destacando as condições daqueles que participam desse processo. Falo dos profissionais da educação em todos os níveis e fazeres.



Nossa luta sindical centra-se na confiança de que é condição precípua para nossos ganhos a negociação, e é o que temos feito desde que o PROIFES foi fundado em 2004.

Entretanto, não abdicamos de participar de outros movimentos pela educação tão significativos como a CONAE e a perspectiva da continuação das conferências, tanto nacional como distrital, estaduais e municipais.

Desde o primeiro momento, compreendemos que a nossa luta deveria se expandir até onde os nossos braços e pernas pudessem nos levar.

Essa foi uma experiência muito importante que nos levou a compreender que há muito a ser feito.

Temos assento no Fórum Nacional de Educação. Essa participação tem nos feito ver que as condições educacionais no nosso País são muito diversas. Embora tenhamos consciência das dificuldades, entendemos que a nossa tarefa principal é elevar a qualidade do fazer educacional, corrigindo as distorções regionais, atendendo prioritariamente às regiões que se encontram em maiores dificuldades. Não podemos pensar, por exemplo, em financiamento educacional de forma linear. Temos de entender as diferenças e que, num determinado local, os recursos, a preocupação, a organização têm que ser muito mais incisiva. Senão, determinados lugares, determinadas cidades, determinadas regiões ou Estados, que têm níveis percentuais razoáveis, vêem esses níveis crescerem ainda mais, enquanto outros, que têm níveis pífios, crescem de maneira pouco significativa.

Além disso, somos partícipes de todos os movimentos que lutam pela aprovação de um PNE que seja referenciado à sociedade civil e traga em seu bojo os anseios e orientações acumuladas pelo processo das conferências.

Eu me sinto contemplado com a fala de todos, mas principalmente com a do colega Heleno, porque muito daquilo que ele apresentou foi corroborado pelas entidades que fazem parte do Fórum Nacional de Educação.

Aliás, os Srs. Deputados desta Comissão sabem que estamos aqui perambulando muito a tentativa de pensar a aprovação de um PNE razoável, como eu disse já referenciado, mas também, e fundamentalmente, preocupados com uma coisa que para nós é bastante significativa, os fóruns estaduais e fóruns municipais, de espaços colegiados. Que possam estar ali presente todos os atores que fazem a



educação, desde governantes, donos de escolas, profissionais, alunos, pais etc. Isso não significa que a Conferência deu conta de tudo, mas seria um prejuízo não levá-la em consideração.

Anoto também a necessidade de criação de uma Lei de Responsabilidade Educacional. A Profa. Leocádia disse que a Lei de Responsabilidade Fiscal limita o pagamento da remuneração aos professores. Mas é importante uma Lei de Responsabilidade Educacional, elemento fundamental junto ao PNE, da Lei Diretrizes e Bases e outros normais legais que articulam um marco regulatório mais eficiente para o mundo da educação. Mas isso não basta. A sociedade deve ser induzida, incentivada, exercitada na prática da fiscalização das determinações das legislações. Daí considerarmos que o mais importante neste momento é a aprovação de um PNE que atenda aos interesses e às necessidades da população brasileira e o forjamento e consolidação de uma cultura de participação em conselhos e fóruns que tenham por função apontar problemas e soluções, mas que sejam fundamentalmente espaços de fiscalização da sociedade civil sobre os fazeres dos atores no mundo da educação.

Quero mostrar esse documento que o PROIFES elaborou para dizer que não estamos preocupados apenas com a educação superior. Se não temos uma pré-escola, uma educação fundamental e uma educação média, a tendência é que o ensino superior se asfixie, morra — não teremos o que fazer. Então, por isso, esse documento foi elaborado da perspectiva da creche até a pós-graduação. E é interessante. Se alguns dos senhores se interessarem mais de perto, há um simulador por meio do qual podemos trabalhar essas questões.

Eu queria fechar a minha conversa, já que muitos já disseram o que eu queria dizer, com dois casos — um “causo” e um caso. Um caso é sobre a minha Tia Irene, no interior do Piauí. Na década de 70, ela pegava uma bicicleta e percorria 20 quilômetros para dar aulas. Isso chega a me emocionar. Ela passava 3 meses sem receber o salário, que, agora eu sei, era um quarto de um salário mínimo. Essa minha tia, hoje já aposentada — ela conseguiu sobreviver —, merece elogios. E eu não sei se devo elogiar esse amor; eu não sei exatamente o que ela tinha ou se era falta mesmo de perspectiva. Não interessa o que seja. O fato é que isso era uma realidade. Ela dava aula numa casa de taipa, coberta com palha de coco babaçu, o



que é muito comum no Maranhão. E eu, algumas vezes, fui visitá-la. Mas fui visitá-la brincando, de bicicleta. E chegava lá muito cansado, acabado. Essa professora conseguiu sobreviver, apesar de tudo.

O “causo” é algo contado nas apresentações de um humorista piauiense, chamado João Cláudio. Quando um Governador do Piauí — eu prefiro não citar o nome — foi conversar com os professores da educação básica em greve no Piauí, ele disse assim: *“Mas que diabos de funcionários são esses que não aguentam 6 meses sem salário.”* (Risos.) Eu não posso falar o nome dele, não... Posso sim: Governador Alberto Silva. Eu tenho essa referência no Piauí porque até então eu morava no Piauí. Mas há 30 anos eu moro no Maranhão; sou professor da Universidade Federal do Maranhão.

Esse “causo” reflete uma realidade nua e crua. Mas não podemos aceitar esse tipo de coisa.

Por isso, eu encerro a minha fala dizendo duas coisas: primeiro, reforçar os conselhos. E é importante que mesmo a nossa entidade, uma entidade do ensino superior, possa ir a cidades do Maranhão como Bacabal, Cajari, Cajapió, Tuntum, Barra do Corda, etc., etc., etc., fazendo parte dessas coisas, porque, embora lá não exista uma universidade, é de lá que vêm os alunos. E nós, não tenhamos dúvida, pensamos que a universidade pode chegar até lá.

A outra coisa é a ideia de que, sem Plano de Cargos e Salários, a nossa luta é em vão. A nossa luta fica no âmbito da sazonalidade. Conseguimos uma coisinha aqui, outra ali. Não estamos nem falando dos 4% do nosso acordo. Não falamos disso. Temos um pouco de vergonha disso. Mas falamos nessa perspectiva. E o Governo sabe disso. O nosso interlocutor, o Duvanier Ferreira, sabe disso, sabe que é muito pouco, não repõe nada. Nós acordamos porque temos a perspectiva do plano. E isso para nós é muito importante.

Finalmente, quero dizer que, do mesmo jeito que se admira uma professora do interior do Piauí, como a minha tia, pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pela sua disposição, são feitas críticas e se rechaça a prática de um país que permite esse acontecimento.

Muito obrigado. (Palmas.)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Nós agradecemos o Prof. Helder a participação.

Vamos agora passar a palavra a Dalila Andrade Oliveira, que vai falar em nome da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

E quero igualmente registrar o papel muito importante da ANPED na luta histórica em defesa da educação pública em nosso País. E, por ocasião do debate do PNE, junto com as demais entidades que já se manifestaram aqui, como o CEDES, INFOPE, ANPAE, gostaria de dizer, Dalila, do reconhecimento que a Comissão de Educação e Cultura tem da contribuição muito qualificada que a ANPED tem dado no que diz respeito à educação brasileira.

Registro a presença da Deputada Alice Portugal, do Deputado Paulo Rubem Santiago e do Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deputada Fátima Bezerra, fomos informados de que a Segurança da Casa está barrando a entrada de um conjunto de estudantes que quer participar desta audiência.

Peço a V.Exa. que veja isso junto à Segurança. Se não resolver, eu e outro Deputado podemos ir lá, mas peço a V.Exa., como Presidente, que interceda para a imediata entrada dos estudantes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - O.k., Deputado Ivan Valente, vamos falar com a falar com a Presidência da Casa.

A Secretária Terezinha está informando que a Assessoria já está se deslocando para lá, a fim de que os estudantes possam participar da audiência. Este aqui é o lugar deles também. (*Palmas.*)

Com grande satisfação, concedo a palavra à Profa. Dalila Oliveira.

A SRA. DALILA ANDRADE OLIVEIRA - Boa tarde a todos os presentes.

Saúdo os Parlamentares, as entidades e a todos os militantes da educação, os que estão aqui dentro e os que estão lá fora. Esperamos que todos possam participar conosco desse debate.

Quero também cumprimentar a Deputada Fátima Bezerra e o Deputado Vanhoni pela iniciativa convidar as entidades, mesmo aquelas que estão mais distantes, que não estão na luta salarial cotidiana, na luta a favor dos movimentos



sociais mais aguerridos, para participar deste debate e trazer suas contribuições para o PNE.

Falo hoje em nome da Associação Nacional de Pós-Graduação Pesquisa e Educação — ANPED, a maior associação acadêmica de educação deste País e que representa em torno de 10 mil pesquisadores nos 108 programas de pós-graduação em educação que temos do Oiapoque ao Chuí.

Falo também em nome da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que tem uma parceira muito importante na tramitação do PNE, na elaboração das emendas. Durante o processo de discussão no interior da ANPED de contribuições ao Projeto de Lei nº 8.035, contamos muito com parceria da Campanha, do Centro de Estudos Educação e Sociedade — CEDES e da CNTE.

As emendas estão publicadas nesse livrinho vermelho — por isso não as trouxe — e também estão disponíveis em nosso portal. Elas foram elaborados a partir da discussão entre os nossos pesquisadores e do diálogo com nossas entidades.

A ANPED participa desse processo desde a organização da Conferência Nacional de Educação — CONAE, tendo tido assento na comissão que a organizou e agora no Fórum Nacional de Educação, representando as entidades de estudos e pesquisas em educação: ANPED, ANPAE, ANFOPE e CEDES, todas aqui presentes por seus presidentes.

Embora eu venha de uma entidade de pós-graduação, não vou falar dos trabalhadores da pós-graduação, porque, na realidade, os trabalhadores são esses a que os companheiros da ANDES e do PROIFES já fizeram referência. Então, eu me sinto representada com o que eles trouxeram aqui.

Na realidade, eu quero trazer uma discussão que tem sido hoje o principal objeto político da atual diretoria da ANPED, da qual participo, que é eliminar ou reduzir o fosso entre a pós-graduação e a educação básica no País. O Brasil, dentre os nossos vizinhos, é vergonhosamente o país que apresenta a maior contradição entre pós-graduação e educação básica. Nós somos reconhecidos por ter uma pós-graduação de excelência, por sermos um país com mais de 40% das patentes na América Latina, que tem mais de 50% do número de doutores, e que, no entanto, convive com uma educação básica vergonhosa; uma educação básica que, como



nós já vimos aqui, é produto de muitas críticas e que enfrenta muitos problemas e dificuldades.

Nesse sentido, nós achamos que a principal tarefa para melhorar essa educação, para reduzir esse fosso, é por a serviço da educação básica o maior patrimônio que a ANPED tem: as pesquisas nas mais diversas subáreas temáticas, disciplinas que a educação comporta e que nós temos organizadas em nossos 23 grupos de trabalho, a serviço de pensar a melhoria dessa educação. E que essa melhoria passe sobretudo pela valorização docente.

Quando penso em valorização docente, estou falando na valorização dos profissionais de educação no sentido mais ampliado possível, como trouxe aqui a colega da FASUBRA. Este é um campo em disputa: definir a identidade de quem são esses trabalhadores que fazem a educação. Porque, inclusive, nós sabemos, por pesquisas, que temos muitos docentes dentro da escola realizando docência, realizando o processo educativo, mas sem serem reconhecidos como tais. E, no entanto, nossas estatísticas oficiais falam apenas de professores; até mesmo falam dos professores nas suas atividades mais tradicionais. Os professores têm também assumido outras atividades que não aquelas tradicionais.

Nesse sentido, trago alguns dados — muito rapidamente, porque sei que não poderei descrevê-los — para fazer uma defesa do que nós entendemos por valorização docente.

Na realidade, a valorização docente é um conceito do qual nós brasileiros deveríamos ter orgulho. Em revisão de literatura, nós já constatamos que esse conceito, da maneira como é abordado no Brasil, não encontra paralelo em outros países ou em outras realidades nacionais. E o termo "valorização docente", dentro do Brasil, deve se contrapor ao termo "atratividade docente", importado das teorias norte-americanas e inglesas, que vêm hoje discutindo a atratividade da docência para a educação básica, como se bastasse nós definirmos o que é um bom professor, fazer uma seleção desse bom professor e colocá-lo ali, deixando-o, como a tia do Helder, que vá de bicicleta e que fique 6 meses sem receber o salário.

Então nós entendemos que a valorização docente é um patrimônio nosso. Esse termo foi cunhado durante os anos 1980, no processo constituinte, pelo Movimento Educacional Brasileiro, e está ancorado em três pilares: o pilar da



carreira, compreendendo aí também o ingresso e condições de trabalho; o pilar da remuneração, salários condignos — como trouxe o Heleno com a defesa da CNTE; e o pilar da formação, porque, para nós, todos os professores, docentes da educação básica, devem ter formação de nível superior. Inclusive, aqueles que já estão em efetivo exercício nas redes públicas deveriam ter direito a estudos custeados pelo poder público para se formarem em nível superior. Mais do que isso, nós achamos que a formação ao longo da vida é um direito desses profissionais, e por isso essa formação ao longo da vida deve chegar até a pós-graduação.

Nós, como ANPED, temos feito uma luta permanente junto ao Poder Executivo, junto ao Ministério da Educação, no sentido de pensarmos planos pelos quais a pós-graduação em educação e o ensino de ciências e matemática sejam dirigidos a esses profissionais de educação básica, naquilo a que eles têm direito e necessidade.

Hoje, na Mesa que nos antecedeu, foi dito que quase não existem mais professores leigos. Mas nós temos aqui as estatísticas oficiais de professores, o Censo Escolar do INEP, de 2009, o último, em que vemos que, ainda que poucos, existem professores leigos, ou seja, aqueles que sequer têm formação em nível médio. Mas a grande maioria dos nossos professores possuem nível superior.

Ainda percebemos que, entre esses professores com nível superior, a maioria tem habilitação específica. Quero só mostrar que o quadro não é tão ruim, os professores não são tão pouco titulados ou qualificados para terem essa remuneração.

Nós realizamos uma pesquisa para observar esse outro docente que está nas unidades educacionais, que não é visível, não tem a visibilidade, já que as estatísticas só tratam de professores. Realizamos essa pesquisa em 7 Estados brasileiros. Fizemos esse *Survey 2009* e tivemos cerca de 9 mil respondentes. O que vou mostrar agora nas lâminas seguintes tem a ver com essa pesquisa: 46,2% desses afirmam não ter plano de cargos e salários. Imaginem, quase metade diz que não tem plano de cargos e salários. Isso quer dizer que ou eles não têm mesmo ou o plano é tão ruim que eles sequer sabem que têm um plano de cargos e salários.

Quando comparamos pelas redes, essa resposta do plano de carreira, observamos — nossa pesquisa abrangeu a creche e o ensino médio, de zero até a



conclusão do ensino médio — que nas creches conveniadas a situação é mais precária. Aqueles que respondem não ter um plano são justamente os que estão nas conveniadas. Insisto nisso porque temos metas no nosso livrinho da ANPED, nesse sentido.

Quando perguntamos se esse plano de carreira do respondente é do magistério ou de outro plano, vemos que a grande maioria, 95%, é de um plano específico do magistério.

Aqui vemos um quadro comparativo de planos de cargos e salários entre professores e demais profissionais. Vemos que os professores têm uma situação um pouco melhor do que esses docentes invisíveis dos quais estamos falando, os demais profissionais da educação.

Aqui um comparativo — eu não gosto muito desses *rankings* — da OCDE que mostra, entre 26 países, a média salarial dos professores. Estou passando para o segundo pilar da valorização docente. Vergonhosamente este País, que hoje ostenta uma posição tão importante no mundo em termos de Índice do Desenvolvimento Humano, cuja educação é uma das principais bases, ainda está muito aquém. Nós ocupamos a antepenúltima posição em faixa salarial, juntamente com os países da antiga União Soviética.

Dentro daquele *Survey*, perguntamos a renda mensal bruta. Mais do que o salário é importante saber qual é a renda mensal bruta desses trabalhadores. Tudo o que está em vermelho refere-se a professor; o azul, às demais funções. Observamos que os nossos docentes, professores e os demais, ganham até 3 salários mínimos, entre 1 e 3 salários mínimos. Chamo a atenção para isso porque vemos que os nossos professores são mais titulados e têm mais escolaridade do que imaginamos; no entanto, ganham muito abaixo. Vejam a importância daquela meta que a Fátima reforçava agora há pouco da equiparação com as demais profissões.

Essas eu vou pular; são médias salariais. Mas esses dados ficam à disposição da Deputada.

Aqui, faixa salarial por vínculo. Observamos que quanto melhor é o pagamento, melhor também é o vínculo. Ou seja, quanto mais precário o salário,



mais precária a forma de vínculo. O vermelho refere-se a estatutário; o azul, aos demais, aos outros membros.

Ainda que saibamos que o IDEB tenha as suas críticas, tenha os seus limites, precisamos discutir o que é qualidade, o que é uma qualidade socialmente referenciada, que qualidade da educação queremos. O IDEB vem sendo usado como uma unidade, uma referência importante na definição de políticas públicas para a educação.

Aqui comparamos o Estado que teve o mais alto IDEB, o IDEB médio e o IDEB menor, nos anos iniciais, na segunda fase do ensino fundamental e no ensino médio. Sabem o que — vão ficar aí as lâminas — observamos? Observamos que onde há melhor IDEB há professores com vínculo melhor, mais professores concursados e efetivos e professores que ganham mais. Então, a lição nós já sabemos. Eu acho que o que precisamos amparar em dados da realidade, a realidade já demonstrou demais. Nós temos muitos dados reforçadores disso que estamos buscando aqui.

Para encerrar, quero dizer que a ANPED assim como a CNTE — e o Heleno fez tão brilhantemente a defesa, não é preciso que eu reforce — defendem a fusão da Meta 17 com a Meta 18, porque nós entendemos que a valorização docente deve ser em todos os níveis de ensino da creche à pós-graduação, da creche à educação superior e deve compreender remuneração condigna, carreira e boas condições de trabalho, claro, com formação compatível.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Agradecemos à Profa. Dalila sua excelente apresentação. Ela trouxe dados muito importantes aqui para serem fundamentados e para nossa reflexão.

O Relator está aqui muito atento. *(Pausa.)*

Não está mais não? Mas estava até agora há pouco . Saiu agora! *(Risos)*

Muito bom trabalho, Profa. Dalila! Muito bom!

Vou conceder imediatamente a palavra à Elaine Mafra, que vai apresentar o SINASEFE.

Quero rapidamente aqui registrar a presença de Rodolfo, Diretor da UNE. Sente-se, seja bem-vindo! *(Palmas.)*



Os estudantes estão participando da nossa audiência.

Concedo a palavra à Elaine.

A SRA. ELAINE DE SOUZA MAFRA - Bom dia a todos e a todas. O SINASEFE cumprimenta a Mesa na pessoa da Deputada Fátima Bezerra e a Plenária em nome da Profa. Leocádia, de quem me tornei fã. Nunca vi uma apresentação tão fantástica sobre educação básica neste País. É uma realidade diferente da que vemos, às vezes, demagógica, de alguns. A senhora fez uma explanação real da situação da educação básica deste País. Virei sua fã a partir de agora!

Vimos aqui falar da valorização dos profissionais da educação, mais precisamente do que nos atinge, enquanto Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica. Como vamos defender e ter valorização se não temos — diferentemente de todos os profissionais, dos trabalhadores do mundo — uma data-base? Nossa data-base hoje está sendo discutida no Supremo Tribunal Federal. Nós não temos uma data-base. Como valorizar esse profissional da educação sem o princípio que nos cabe enquanto trabalhadores? Para o mundo, nós não somos trabalhadores. Somos os únicos trabalhadores que não temos data-base!

Companheira Léia, nós conseguimos as bolsas — os técnicos administrativos, em uma briga interna no PIQDETec. Nós tínhamos dois diretores nossos, dentro do PIQDETec, representando o SINASEFE. Houve uma briga interna para conseguirmos incluir os servidores técnicos administrativos, porque nós defendemos os dois segmentos: os técnicos administrativos e os docentes dos institutos federais. E naquele momento nós tivemos uma discussão intensa no PIQDETec, da Comissão da qual fazíamos parte — nossos representantes eram a nossa coordenação de políticas educacionais, Profa. Eliza e Prof. Ricardo — e conseguimos levar à Comissão a instituição também das bolsas de pós-graduação para os técnicos administrativos nos institutos federais. Essa é uma conquista do nosso sindicato nas Comissões.

A Léia foi muito feliz também em sua fala quando disse que só fomos considerados, os técnicos administrativos, servidores de educação, segundo a Lei nº 1.191, de 2005. Enquanto sindicato, como SINASEFE, estamos dentro da rede



federal de educação há 100 anos. Essa rede faz 103 anos neste ano. E nós, técnicos administrativos, éramos apenas um segundo escalão na educação. E passamos só em 2005 a ter essa denominação de técnicos administrativos em educação. Nós fazemos educação. O SINASEFE entende que educador vai do porteiro ao diretor da escola; desde a pessoa que recebe o pai pela manhã, a pessoa que recebe o aluno às 7h, até o que integra a instituição como membro principal e final da educação. Não é só o professor, não é só o doutor, não é só o mestre; é também aquela pessoa que fez concurso público para ser servidor público federal e que está lá para receber o nosso aluno às 6h30min, às 7h. Ele também é educador, porque naquele momento ele é escola. A primeira versão que se vê da escola é na portaria. Se a pessoa é bem atendida na portaria, também vai ser bem atendida dentro do processo educacional, porque a escola não é um prédio, mas seus profissionais e todos aqueles que fazem a educação, da portaria à diretoria.

O Plano Nacional de Capacitação é prioritário para nós enquanto sindicato, enquanto entidade representativa de dois segmentos: docentes e técnicos. Nós o vemos como primordial em todo o processo educacional do País. Não dá para ser um profissional sem ter uma educação continuada dentro da sua própria instituição e dentro da sua própria carreira, que hoje está sendo desvalorizada, agredida, de forma que não conseguimos ser valorizados até como profissionais trabalhadores. Isso é primordial.

Hoje a classe encontra-se em greve depois de uma profunda negociação com o Ministério do Planejamento. Queremos agradecer também a todos os Deputados e Senadores que nos apoiam nesta campanha, porque tivemos uma campanha esta semana no Senado e na Câmara dos Deputados. Tivemos apoio de muitos de V.Exas. O SINASEFE vem, de público, agradecer a todos os que nos apoiaram nesse sentido. A Senadora Fátima sempre nos apoia muito nesse sentido, e está também à frente da Comissão.

Trago mais uma vez a nossa indignação com o Ministério do Planejamento, que não abre, e a nossa solidariedade à FASUBRA, nas negociações. Estamos em greve pela legitimidade que nos ampara enquanto representante sindical da educação.



Queremos apenas o que nos cabe na forma legal, porque até isso está nos sendo ceifado. A legislação neste País está sendo desvalorizada, desacreditada e não cumprida. Queremos apenas o cumprimento dessa legislação; não queremos nada de mais. Queremos que a nossa carreira seja implantada, como foi acordado com este Governo.

Nós nos solidarizamos muito com a FASUBRA, porque temos o mesmo segmento. A nossa solidariedade foi até ironicamente tratada com a FASUBRA, porque entramos em greve em sua solidariedade. Também, mas não só. Queremos uma educação de qualidade para as crianças.

Vim da rede federal de educação. Sou egressa dessa rede e tinha orgulho profundo em fazer parte dela. Hoje temos um certo cuidado em relação a ela. Queremos apenas que as pessoas olhem para ela como nós olhamos, como os nossos filhos vão olhar, como os nossos pais olharam quando nos colocaram dentro dela.

Sem a capacitação e sem a valorização desse profissional isso não é possível. Como desenvolver a educação se não se desenvolve o trabalhador que faz essa educação? Seja ele o porteiro da escola, ou o diretor que faz um doutorado, uma pós em nível de especialização, mestrado, doutorado.

Valorizar o profissional da educação é primordial, não só para o futuro do País, mas para o presente também.

Cada um de nós aqui passou por uma escola, seja pública, seja particular. Sem a valorização daquele profissional que estava lá para educar cada um de nós, talvez não estivéssemos aqui, mas perdidos pelo caminho. E nesse caminho estamos perdendo cada vez mais crianças para as drogas, para a marginalidade, porque a escola é primordial. Será que as pessoas não veem que sem educação não podemos chegar a lugar nenhum? O Brasil foi o único país do mundo que expulsou seus intelectuais. Por que será? Já pensamos nesse sentido? Todo país que teve uma ditadura não expulsou seus intelectuais, mas ficou com eles, e desenvolveu-se internamente em termos de educação. O Brasil foi o único país que expulsou seus intelectuais. Que sentido foi esse que foi dado? Então defendemos, sim, a valorização.



Prolongar-me neste momento é repetir com os colegas que participaram antes. Reafirmo cada palavra dita pelo companheiro Jacob, pela companheira Léia, pelo pessoal do PROIFES, pela Dalila, pelos componentes da Mesa. Tudo o que eles falaram é uma realidade que temos hoje. O SINASEFE defende a valorização e vem debatê-la. Sem valorização da educação e dos profissionais que fazem parte dela não podemos seguir em frente. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Queremos agradecer aqui à Profa. Elaine e mais uma vez reafirmar aqui para ela, para os representantes do SINASEFE e da FASUBRA, que a Comissão de Educação e Cultura continua empenhada, Elaine, em ajudar nesse processo de negociação junto ao Governo.

Eu já informei aqui, Deputada Alice Portugal, ontem, a sua ida até o Ministério do Planejamento, juntamente com o Deputado Artur Bruno. Já informei que nós vamos insistir em um novo encontro amanhã. Nós vamos continuar fazendo o nosso papel enquanto Parlamentares, buscando a mediação, porque entendemos que o Governo, assim como apresentou uma proposta para a ANDES e para o PROIFES, deve, o mais urgente possível, apresentar uma proposta para os servidores técnicos administrativos, tanto das universidades quanto dos institutos federais.

Nós terminamos agora a nossa Mesa. Eu vou passar a palavra ao Relator. Nós também vamos, enfim... Nós temos já Parlamentares inscritos. Nós temos Professora Dorinha, Deputado Valdir, Deputado Professor Setimo, Alice, Artur Bruno, Ivan, Alessandro Molon, Paulo Rubem, Waldenor e Waldir Maranhão.

Deputada Rosane, por favor, faça aqui o registro de sua presença. A Deputada é sempre muito presente aqui, nos debates da educação.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - A Deputada Rosane é do PV do Paraná.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Do PV do Paraná. Sua colega.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - É.
Deputada do PV do Paraná — mais à esquerda do que o PSOL de São Paulo!
(Risos.)



E estou curioso para ouvir os Deputados. Então eu vou abrir mão da minha pequena contribuição. Na condição em que eu estou, quero ouvir mais. Estou com uma porção de dúvidas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Uma atitude revolucionária!

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Tenho certeza de que a fala dos Deputados vai contribuir para aprofundar o tema e o debate que nós estamos tratando. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Obrigada, Deputado Vanhoni.

Eu vou pedir a colaboração tanto de Márcia, da ANPAE, como do representante da UNE. Vou conceder a palavra a vocês, mas peço que sejam breves, porque depois vou ter de passar a palavra aos Parlamentares, lembrando que tanto estão os expositores aqui da Mesa como os demais expositores, representantes das entidades. Estão todos aqui no plenário.

Então, rapidamente, Profa. Márcia, representando aqui a ANPAE. Depois, rapidamente, nós vamos passar a palavra à UNE, para que faça uma saudação.

Queremos registrar também que Clarice, a Vice-Presidente da UNE, já se encontra aqui também. Também a Michele, Secretária-Geral da UNE, e o representante da UBES. Façam com que chegue até aqui, na Mesa, o nome do representante da UBES.

Tem a palavra a Profa. Márcia.

A SRA. MÁRCIA ÂNGELA AGUIAR - Eu agradeço à Deputada Fátima, e quero saudar também o Deputado Vanhoni. Em nome dos dois, eu saúdo todos os Deputados. Quero saudar também meus companheiros e companheiras das entidades.

Eu aqui quero trazer a voz da Associação Nacional de Política e Administração da Educação, que se une nessa luta em defesa da educação pública laica e gratuita.

Gostaria somente de deixar um aspecto aqui pontuado: é que os Srs. Deputados têm a oportunidade histórica de avançar, de forma concreta, na elaboração de um plano nacional de educação que dê condições de viabilizar uma



escola pública de qualidade. O ponto fundamental, a meu ver, é a questão de se garantirem os 10% do PIB para a educação.

Só isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Fátima Bezerra) - Rodolfo.

Por favor, uma saudação, em nome da UNE.

O SR. RODOLFO MOHR - Boa tarde a todos os presentes.

Eu queria saudar o conjunto do Plenário, os Deputados e Deputadas. Mas, fundamentalmente, a saudação da UNE se dirige ao Comando Nacional de Greve da FASUBRA, que representa hoje a grande mobilização que vivem as universidades brasileiras. (*Palmas.*)

Para nós, da UNE, é muito importante estar neste momento aqui. Hoje nós temos uma agenda muito extensa, no que diz respeito à defesa dos 10% do PIB pela educação. Tivemos uma marcha, agora, de encerramento do *Agosto Verde e Amarelo*. A gente, agora, às 14h30min, vai ser recebido pela Presidente Dilma, que vai poder ouvir as propostas que a União Nacional dos Estudantes apresenta. Hoje também está no Brasil a Camila Vallejo, que é a principal representante do movimento estudantil chileno, que se enfrenta contra o modelo educacional ainda do Pinochet, um modelo educacional do neoliberalismo mais profundo no nosso continente. Nós, da UNE, cerramos fileiras de solidariedade. Temos de apresentar em nosso País algumas medidas concretas, para que possamos avançar na verdadeira valorização, na qualificação da educação. Os profissionais da educação, tanto os professores quanto os seus técnicos administrativos, em todos os níveis, precisam ser valorizados.

Nós também estamos na batalha para a implementação... Eu sou do Rio Grande do Sul. Estudo Jornalismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Lá, nós somos parceiros dos professores e dos funcionários das escolas, que ainda não recebem o piso nacional do magistério. Essa é uma batalha que nós travamos.

Queremos deixar, para concluir, a nossa saudação e dizer que hoje vai ser apresentado ao Congresso, à sociedade brasileira, o Orçamento para 2012. Ao que nos parece, ao que tudo indica... Tendo em vista os últimos anúncios do Ministro da Fazenda de que não vai haver mudança substantiva na política do pagamento dos juros, vai aumentar o superávit primário.



Nessas batalhas, podem contar com a UNE, com o movimento estudantil brasileiro, para poderem seguir com as ocupações das reitorias, para poderem seguir com as tomadas das escolas e seguir com a ocupação das ruas. Nisso nós somos companheiros.

Queremos agradecer a todos os Deputados e Deputadas, como o nosso Deputado Ivan Valente, que valoriza essa luta, a Deputada Jô Moraes, todos que estiveram nas mobilizações conosco, para que possamos ter 10% do PIB, mas sobretudo ter um país livre, soberano, que seja independente do parasitas do sistema financeiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Nós agradecemos a participação de Rodolfo.

Queremos registrar a presença da Renata, Diretora de Comunicação da UBES. Seja bem-vinda, Renata! (*Palmas.*)

Vamos passar agora, a palavra para o primeiro Parlamentar inscrito. Antes, eu queria chamar Heleno. Venha para cá, Heleno! Vamos ficar aqui, porque nós vamos agora abrir. Venha para cá, Leocádia! E a Dalila fica aqui representando as demais entidades.

Vamos agora abrir o debate com os Parlamentares. É bom vocês todos virem para cá.

Vamos sugerir isto, que a Câmara deve comprar outras cadeiras, Paulo Rubem. É mais funcional, porque essas cadeiras aqui tomam espaço demais. Tomam muito espaço. Seriam cadeiras mais simples — está entendendo?

Chegue, Heleno, para cá. Já acomodaram a Leocádia aí? (*Pausa.*)

Pronto! Vamos agora, imediatamente, passar a palavra para a Deputada Dorinha.

Vamos combinar aqui, Deputado Ivan, Deputada Dorinha — aliás, conforme o Regimento — 3 minutos, com mais 2. *OK?*

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Primeiro, eu queria parabenizar a iniciativa da Comissão de Educação, da Presidente, da Comissão do Plano Nacional, por essa Mesa, embora seja extremamente difícil uma Mesa tão ampla. Infelizmente, a gente não vai conseguir



aproveitar tudo que foi colocado. Há vertentes extremamente importantes, mas acho que teremos a oportunidade, depois, pelos Anais, de conhecer todas as posições.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Deputada Dorinha, só para adiantar, muito rapidamente, que estamos pedindo esse material muito rico que foi apresentado aqui pelas entidades exatamente para disponibilizar para todos, tanto para os membros da Comissão de Educação e Cultura quanto para os membros da Comissão Especial.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Quero reforçar, primeiro, a questão da gestão plena, que já está na legislação mas que é preciso uma ação direta, inclusive, dos Tribunais de Contas.

Quero sugerir à Presidente da nossa Comissão que procuremos a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas — ATRICON, para fazer uma provocação, porque o Tribunal de Contas tem esse poder. Os Ministérios Públicos também podem acionar, para que o gestor municipal e o gestor estadual sejam gestores plenos dos recursos. Os gestores respondem por todas as ações, são ordenadores de despesa. Mas o dinheiro não fica nem nas mãos de um secretário. Em muitos Municípios, a Leocádia sabe disso, é o contador do Município. Às vezes, a pessoa nem mora na cidade, mas é ela que manda no dinheiro da educação, a ponto de dizer se vai comprar giz ou se vai pagar determinada conta. E nós estamos falando de política pública de educação, que é o mínimo que deveria estar na mão, até porque, na hora de responder ao Ministério Público por responsabilidade em relação à educação, inclusive penal, quem responde é o Secretário. Mas o dinheiro não fica nas mãos do Secretário de Educação, nem do estadual nem do municipal.

Se não me engano, foi a Profa. Íria ou a Profa. Ivany que falou sobre a questão do sistema de avaliação, o IDEB. Não sei se vai dar tempo, mas gostaria de ouvi-la falar sobre uma proposta de finalização, abolição do IDEB, a proposta de um sistema, se tiver algo mais concreto escrito sobre isso.

Quando a gente está falando de pessoal — a Leocádia falou sobre isso, uma exceção para o Magistério — acho que precisamos ter o enfrentamento no Estado e nos Municípios da questão das situações irregulares. No Magistério cabe tudo. Todo mundo quer ceder gente para tudo quanto é lugar, e com ônus para o Magistério. As Primeiras Damas são todas professoras. Não entram na conta da educação, e não



estão trabalhando. Há cessão para Deputados de toda natureza. Acho que a gente precisar ter esse enfrentamento. O dinheiro da educação tem que ser para pagar professor que está em efetivo exercício em sala de aula! (*Palmas.*)

Por isso que o dinheiro nunca dá porque tudo cabe dentro do Magistério. Acho que precisamos ter esse enfrentamento. Queria também chamar a atenção desta Comissão para o enfrentamento em relação à complementação do piso salarial.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Inclusive, Deputada Dorinha, se alguma instituição solicita, que fique com o ônus. Jamais abrir mão disso. Ônus para a instituição que solicita.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Quanto à questão da complementação do piso, aqui já foi aprovado. Mas o que é hoje a complementação do piso salarial? Os Estados e Municípios entram com 90% para o fundo, 10% é da União. Dez por cento é o que fica a cargo para se fazer a complementação; ou seja, é muito pouco para muita gente. Acho que precisamos trabalhar nessa regulamentação com relação ao processo de complementação. Quem pode e em que situação? É lógico que um Município que não faz a sua tarefa de casa, que não põe o dinheiro na educação, que cede todo mundo para tudo quanto é lugar, não tem direito a pedir complementação. Mas para quem faz a tarefa de casa e prova que não tem condições, acho que precisamos encontrar alternativas. Não pode ficar isso para o professor, para pagar o preço, dizendo que não têm condição. Nós temos que encontrar alternativas para a questão da complementação.

Já fiz a pergunta com relação ao sistema de formação. A Profa. Íria está aqui e eu imagino que ela poderá falar sobre isso. Aproveitei a carona com o nosso Relator.

Quero só falar em relação à questão das carreiras, a questão da FASUBRA, que está aqui.

Eu sou do Estado de Tocantins, e a primeira universidade a parar (parou quase um mês antes das outras instituições) foi a Universidade Federal do Tocantins. Eu já falei isso aqui nesta Comissão. Mas eu queria chamar a atenção, primeiro, para o fato de que a reforma universitária está dormindo aqui há muito



tempo. Passou da hora de a Bela Adormecida acordar e tratarmos da reforma universitária.

O outro ponto é em relação à questão dos professores temporários substitutos que estão hoje no sistema federal. Gostaria que tivéssemos uma ação em relação a isso. Infelizmente, na maioria dos programas que estão sendo criados, os custos estão sobrando para a figura do bolsista. Há bolsista que deveria ser um colaborador e está assumindo sala de aula, assumindo determinados programas. Às vezes, as pessoas acham que isso não tem influência. Mas isso tem influência na carreira. A carreira docente nas universidades não estimula a vinculação com as licenciaturas nem com a educação, de maneira geral, e, sim, com o pesquisador, com aquele que vai publicar. E há muito professor que acha que está ganhando bem porque recebe o seu salário e mais 3 ou 4 bolsas para complementá-lo. Só que isso é um faz-de-conta.

Nós precisamos ter uma carreira decente na educação básica e no ensino superior. Devemos tratar aqui deste tema: organização da carreira. Infelizmente, a educação não é prioridade, do contrário as universidades não estariam paradas. Os servidores estão parados há 2 meses, e ninguém senta para conversar e negociar com eles. Por isso, é muito importante fazer esse enfrentamento, porque a prioridade não se restringe à educação básica, mas a um conjunto. (*Palmas.*)

Tenho certeza de que a nossa Presidente já se mostrou sensível a essas questões, porque, independente de ser da base do Governo, ela tem feito provocações dessa natureza. Acho que temos de sentar e nos organizar. A carreira docente tem que ser atrativa. Dessa forma, quando o aluno terminar de cursar o ensino médio, ele também vai querer ser professor. E não se dizer ao filho do professor: *“Deus me livre! Se você quiser ser professor, vai apanhar, menino! vai ficar de castigo! mas não vai ser professor.”* A pesquisa da Fundação Carlos Chagas mostrou isso.

Se quisermos ter educação de qualidade, 10% é o mínimo. E temos de dizer que ela é prioridade, sim. Quando fizermos qualquer esforço, quando precisarmos de resposta diferente, faremos uma escolha. E, se nós escolhermos em ter educação de verdade, faremos a escolha pela educação, em detrimento de outras coisas.



Se formos comparar com o que existe hoje, não haverá dinheiro. Todos dirão que não tem dinheiro. Não tem porque o cobertor já está distribuído. Mas se dissermos que a educação é prioridade, tiraremos de onde tiver de tirar. (*Muito bem!*). Faremos esse esforço, mesmo que daqui a algum tempo não sejam necessários esses 10%. Mas hoje os 10% são necessários, e até mais do que isso, porque temos grande dívida social com o nosso País, com os índios, com os quilombolas, com a educação urbana e do campo .

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Obrigada, Deputada Dorinha.

Com a palavra o Deputado Professor Setimo.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR SETIMO - Quero, primeiro, parabenizá-la, Deputada Fátima Bezerra, por trazer aqui todos os debatedores, representando a sociedade civil, além das propostas apresentadas pelo CONAE.

Na qualidade de membro da Comissão e do PNE, pudemos acompanhar de perto os trabalhos, e vimos que não haverá muita dificuldade, porque ali está expressada a vontade da sociedade sobre a educação.

Nossa preocupação é com nosso Relator, Deputado Angelo Vanhoni, que terá de fazer com que constem no PNE aquelas propostas transformadas em resoluções. Cabe aos companheiros Deputados Vanhoni e Gastão Vieira mostrar o espelho que precisa a educação brasileira.

Todas as outras discussões são relevantes, quando se fala no acesso, na ampliação, na expansão, na qualidade, na formação. Mas a principal luta, Deputada Fátima, é por investimento na educação. Todas essas propostas só obterão êxito se houver investimento.

Se o Ministério do Planejamento não abrir as portas para apresentarmos o valor numérico de 10% do PIB, não teremos educação de qualidade neste País. (*Palmas.*)

Educação é investimento, e não gasto. E aqui estamos vendo a preocupação de todos os setores, quer do ensino fundamental, quer do ensino infantil, ensino médio, ensino superior.



Agora, companheiros que aqui representam suas instituições, quando se fala em educação de qualidade no Brasil, não podemos ficar só preocupados com o ensino público. Nós devemos apresentar propostas ao PNE que também orientem o ensino privado. Não podemos deixar o ensino privado aleatoriamente, sem uma orientação, uma diretriz traçada no PNE.

Companheiro Vanhoni, eu vejo que o companheiro terá que exercer o papel de cirurgião educacional. Nós vamos aprovar agora o PRONATEC. Eu vi a colocação tranquila e bem segura da companheira Elaine Mafra, que relatou a sua visão de ensino profissionalizante. Antes, eram as nossas antigas escolas industriais; depois, as escolas técnicas; e, agora, os IFETs.

Ora, nós estamos aprovando o PRONATEC, que tem como meta o acesso ao ensino profissionalizante. Nós teremos uma parceria articulada entre a União, os Estados, os Municípios, e até o ensino privado, para a formação de mão de obra.

Nós estamos aprovando um programa — o Programa Nacional de Ensino Profissionalizante e estamos na iminência de aprovar o Plano Nacional de Educação. Vamos fazer uma reflexão urgente sobre a forma como está sendo colocado o ensino profissionalizante no Plano Nacional de Educação, ao mesmo tempo em que estamos aprovando um Programa Nacional de Ensino Profissionalizante.

O "cirurgião-relator" Angelo Vanhoni terá de inserir o PRONATEC no Plano Nacional de Educação. Nós queremos o seguinte: a relação do plano para o programa. Nós queremos, como foi colocado por alguns apresentadores, não um plano de governo, mas um plano de Estado, para que possamos, acima de tudo, nesta Comissão e na Câmara, fazer com que esse plano não seja um mero plano de orientação educacional. Precisamos fazer com que esse plano não seja apenas autorizativo, em que a sua execução dependa do Governo. Que o Plano seja, companheira Fátima, um plano impositivo. Nós temos de ter um plano educacional para ser cumprido nos próximos 10, 15 ou 20 anos.

Nós já fizemos vários planos. Se olharmos para o passado, veremos quantos planos já fizemos. E na hora da execução do plano? Aparece um governo, e, se achar conveniente, ele faz um determinado plano; se não achar conveniente,



modifica-o e apresenta outro. Nós queremos tornar esse um plano impositivo, fazendo com que seja executado por todos aqueles que virão no futuro.

Nosso objetivo maior, diante de toda essa problemática, é fazer com que o País disponha de ensino de qualidade. E, quando se fala em qualidade, não podemos esquecer a origem, representada pela creche, pelo ensino infantil, pela alfabetização e ensino fundamental.

Este País não vai alcançar qualidade de ensino se não tiver, na sua origem, a casa dos mais pobres e dos mais humildes na periferia, que é a creche. No que tange ao ensino privado, os que têm condições colocam o filho, desde o início, na escola: uma criança que aos 3 anos já está na escola, com 4 ou 5 anos já está alfabetizada. E quem mora na periferia? Que espere a escola pública, o ensino fundamental? Nós temos acesso, qualquer Município e qualquer Estado. Mas e quanto às creches que ainda estão por vir?

Queremos que a Presidente Dilma faça essa implantação, para que as creches sejam ampliadas no País.

Eu quero dizer que a sociedade civil, por meio de todos vocês — e não quero cometer o dissabor de fazer referência a nenhuma instituição —, mas, de todos aqueles que aqui se apresentaram fazendo as suas observações, suas propostas, verdadeiras, coerentes, concretas, merecem por parte da Comissão, dos Deputados, ser apreciadas, todas elas, que aqui foram trazidas por instituições, instituições essas que representam a nossa sociedade civil.

E agora é a vez da mudança; ou fazemos agora, com esses dois programas, o PRONATEC e o Plano Nacional de Educação, a virada da educação brasileira, ou jamais teremos outra oportunidade. Digo aos senhores que como Deputado, como membro da Comissão de Educação e membro especial da Comissão Nacional de Educação, coloco-me à disposição de todos os senhores. E, devo dizer, só os senhores serão capazes de mudar a educação neste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Obrigado, Deputado Setimo, um Deputado também muito presente aqui na nossa Comissão, no debate.

Imediatamente vai falar a Deputada Alice Portugal, e em seguida o Deputado Artur Bruno.



A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Presidenta Fátima, demais Deputados, convidados e convidadas, representantes das entidades, companheiros meus, companheiros de categoria, da FASUBRA, de que com muita honra fui também, e figurei no quadro de seus dirigentes durante um bom tempo — não vamos contar quanto tempo (*risos*) —, companheiros da UNE aqui presentes, companheiros docentes das universidades, servidores e docentes dos Institutos Federais de Educação, companheiros da educação básica em geral, gestores, especialistas, estudiosos, PROIFES, demais entidades parceiras na luta pela educação, primeiro quero dizer que esta Comissão de Educação é sem dúvida um organismo diferenciado dentro da Câmara dos Deputados. É uma Comissão que, independentemente de orientação ideológica, do partido político abraçado, tem constituído consensos possíveis na defesa do interesse da educação brasileira.

Isso é para mim algo que precisa ser registrado, porque de fato nós vivemos um momento da criminalização da política, vivemos um momento em que as práticas negativas são mostradas aos estertores, e precisam ser mostradas; a liberdade de imprensa garante-nos isso. Mas o objeto positivo, da consensualidade, da busca da unidade, e acima de tudo da produção objetiva, esse não é mostrado, e a Comissão de Educação tem conseguido alçar esse vôo.

Saiu daqui a aprovação do FUNDEB, e nós sabíamos que a dificuldade seria grande. Durante 6 meses o falecido Senador Antônio Carlos Magalhães, de triste memória, sentou-se sobre o projeto do FUNDEB. Foi numa ação da Legislatura passada, unitária, que nós conseguimos destravar o processo. Aqui, nesta Comissão, nós adicionamos o piso salarial nacional do professor, numa emenda coletiva minha, de Fátima Bezerra, do ex-Deputado Carlos Abicalil, do ex-Deputado Severiano Alves e, no Senado, do Senador Cristovam Buarque, que foi mais publicado do que nós humildes Deputados, mas foi uma ação coletiva, suprapartidária e vitoriosa, que agora foi confirmada no Supremo Tribunal Federal. Foi aqui que nós discutimos a questão da tentativa de aprovação de uma reforma universitária pela metade, apenas para o setor público, e ela não foi adiante, porque faltava assistência estudantil, no setor das velhas escolas técnicas federais, os CEFETs, hoje institutos federais; então, objetivamente, esta Comissão tem dado respostas.



E eu espero que neste momento do PNE atuemos com unidade. Apesar de termos dois esforços, praticamente com os mesmos personagens, hoje reunidas em uma única audiência a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação e a Comissão Permanente de Educação da Câmara dos Deputados, que nós unifiquemos nos 10% do PIB e nos 50% do Fundo Social do Pré-Sal, para que tudo aquilo de que os especialistas estão tratando, em termos de qualidade, de salário, de qualificação, de efetiva fiscalização de recursos etc., possa ser cumprido, porque sem financiamento adequado não há cérebros brilhantes que produzam um plano que funcione. Então, esta discussão vai ao âmago do Orçamento da União, vai ao âmago da discussão do superávit primário excessivo no Brasil e dos pesos, lamentavelmente diferenciados, que se aplicam ao empresariado brasileiro, ao serviço público federal e ao Estado nacional.

Essa questão é elementar, é fundamental, porque nós sabemos, inclusive aqui na Câmara dos Deputados, a quantidade de projetos deletérios em relação ao funcionalismo público federal. (*Palmas.*) Ausentei-me daqui da Comissão de Educação por 3 semanas, para a discussão da previdência complementar ali do lado, no Plenário 12, da Comissão do Trabalho, quase como voz solitária. Membros do movimento sindical ausentaram-se do debate. Foi terrível a situação! Aprovaram, e os novos servidores estarão com uma previdência complementar não de CASSI ou PREVI, mas na mão dos bancos e do mercado financeiro. Então... e de todas as categorias da área federal. E isso, por efeito cascata, vai para o serviço público estadual e municipal em breve.

Então, eu digo aos senhores que a Comissão tem tido um papel muito importante. Na educação básica eu acho que há um acordo muito grande em relação aos 10% do PIB e aos 50% do pré-sal, e rogo ao nosso Relator, parceiro de luta: nós sabemos das dificuldades que a área econômica levantará, mas nós estaremos ao seu lado nessa busca, não é? As metas do PNE estão muito bem colocadas, e num amálgama com as entidades e a campanha nacional. Isso aqui tem sido discutido com muita profundidade. E acredito que é preciso financiamento para essas metas, não é?

Eu queria agora referir-me ao meu microuniverso das universidades federais, dos institutos federais, de onde sou oriunda com muito orgulho, tendo ido logo,



diretamente, para a universidade federal de que sou servidora. Digo aos meus companheiros da FASUBRA que na nossa reunião com o Ministério do Planejamento, ontem, eu, Artur Bruno, Deputada Jô Moraes, de Minas Gerais, a representante da Deputada Fátima — que ficou presa em um compromisso com a UNDIME —, Márcia Abreu, que também vem da nossa gênese, nessa oportunidade o debate com o Dr. Duvanier foi muito bom; no entanto, ele deixou muito claro que não há, não há perspectivas de reajuste pecuniário para 2012; então, se está havendo algum ruído de comunicação, estou dizendo de viva voz, oficialmente, aqui: não há. Depois ele disse que, no entanto, a exemplo de ANDES e PROIFES, ele sabia que existiam condições de continuar debatendo.

Nós propusemos o quê? Na medida em que houve um impasse, e o MEC e o Planejamento alegam que a FASUBRA adiantou o processo de greve antes de finalizar a conversação preliminar, com o que nós não concordamos, nós colocamos, Fátima, nós dois Vice-Presidentes assumimos colocar a Comissão de Educação como interlocutora possível, não é? Como interlocutora possível, para os segmentos. E o que ele nos disse de maneira concreta era que aguardássemos um contato até quinta-feira; ele ia consultar o Ministro, e quem mais fosse o caso, possivelmente naquela conjunção MEC/Planejamento/Casa Civil, para verificar mecanismos de continuidade dessa conversação. Vamos aguardar amanhã que ele nos comunique a esse respeito, mas ele não deu qualquer adiantamento em relação à possibilidade de correção salarial no momento.

E nós esclarecemos a ele: não é só o problema salarial que existe. Nós queremos um cronograma, nós queremos soluções de acordos que não foram cumpridos, de greves anteriores, soluções administrativas, relacionadas com qualificação, porque o servidor — finalizando, Fátima — faz um trabalho estratégico; agora, é invisível, do ponto de vista da estrutura institucional, como muito bem Elaine observou. Então, nós precisamos fazer desse um trabalho visível, com direito a qualificação, com resolução do problema de desvio de função, que é grave, e o Governo Federal precisa olhar para isso, porque em breve teremos de recorrer ao Judiciário. Por quê? Faz-se concurso, mas não se suprem as vagas; o auxiliar de enfermagem torna-se enfermeiro, o técnico torna-se enfermeiro, e jamais age como enfermeiro, como assistente social, ou várias outras formações, e a universidade



usufrui do saber que muitas vezes ela própria concedeu, e não se legaliza esse saber. Isso tudo tem de ser discutido, não é?

Então, nesse sentido, quero aqui manifestar minha completa concordância com as reivindicações e dizer que estamos à disposição para o processo de negociação ser destravado, porque de fato quem sai ganhando com isso é a população brasileira, são os estudantes, é a educação como um todo, já que sem valorização não há estímulo. Não adianta a gente aqui celebrar — e eu celebrei esses dias — mais duas universidades federais, nove campi, novas instalações de institutos federais na Bahia, sem servidores, sem estímulo, com salário em dificuldade, com Previdência sendo privatizada. (*Palmas.*) Não tenham medo de mudar esse adjetivo. Nós realmente vamos carregar conosco um fardo de insatisfação muito grande.

Portanto, é isso, para deixar muito claro o que foi conversado ontem, e eu deixei, na nossa conversa, na frente do Ministério do Planejamento, e agora a nossa Presidenta vai capitanear essa negociação, que eu espero que nós consigamos reabrir a partir de amanhã. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Bom (*risos*), Deputada, vamos ouvir agora o Deputado Artur Bruno e em seguida o Deputado Ivan Valente, só registrando que com certeza nós fomos muito bem representados ontem pelos nossos Vice-Presidentes aqui da nossa Comissão, tanto a Deputada Alice como o Deputado Artur Bruno. E, muito rapidamente, eu quero aqui — ouviu, Alice? Ouviu, Ivan? — informar que a assessoria, Paulo Rubem, vai passar aqui, Dorinha, uma folha para que nós possamos colher a assinatura de todos os Parlamentares, no sentido de nós enviarmos um expediente para o MEC, para o Planejamento, bem como para a Presidenta, para formalizar, porque nós estamos fazendo isso em nome da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

Então, eu estou pedindo isso à assessoria — ouviu, Bruno? — para que os senhores assinem o que, na verdade, é uma moção, no sentido de negociação, para que o Governo apresente o mais urgentemente possível uma proposta. Então, a assessoria vai pegar a assinatura aí dos Parlamentares.



O Deputado Vanhoni está pedindo compreensão aqui, porque tem um compromisso agora, um seminário nacional também sobre a questão do ensino superior.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - É. Está bem.

E quero registrar com muita satisfação a presença do Prof. Leão, o nosso Presidente, o meu Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação do Rio. Chegue aqui, sente-se aqui, professor. Venha para cá.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Fátima Bezerra) - *(Risos.) (Palmas.)* O Prof. Heleno aqui representou a CNTE com muita competência.

Bom, quero registrar a presença de Gabriel Matos, da UBES, do Rio de Janeiro, e Sérgio, da Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas, lá do Rio de Janeiro também. Sérgio e Gabriel, sejam bem-vindos.

Vamos ouvir Artur Bruno e depois Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Bom, boa tarde a todas e a todos. Quero saudar todas as mulheres aqui presentes na pessoa da nossa Presidenta, a Deputada Fátima Bezerra, e saudar todos os homens na pessoa do meu colega de profissão, o Prof. Heleno, que foi muito feliz na sua fala. Quero saudar também todos os companheiros e companheiras da FASUBRA e do SINASEFE. A nossa solidariedade pela greve, pelo movimento, e vamos apostar que até amanhã nós possamos ter aí alguma alternativa, alguma possibilidade, alguma proposta que possa, se não contemplar totalmente, pelo menos trazer uma expectativa de atendimento dos servidores das instituições federais de ensino superior.

Também quero saudar aqui os representantes da UBES e da UNE. Foi fundamental o que aconteceu hoje, essa marcha pela qualidade da educação, essa marcha dos 10%. É preciso que a sociedade brasileira possa encampar essa luta, todas as entidades, não só as ligadas à educação, mas também as sindicais das mais diversas origens, as entidades profissionais, enfim, porque é uma bandeira que tem de atravessar todo o Brasil e chegar lá ao Planalto, onde efetivamente essa definição, com a nossa pressão, vai ocorrer.



Quero registrar, Deputada Fátima, que nós estamos vivendo um momento ímpar na História do Brasil. Estamos vivendo uma transição demográfica. Este é o momento mais importante da história de desenvolvimento de qualquer país. Até 2030 nós vamos ter aqui uma grande quantidade de jovens, uma grande quantidade de gente trabalhando. A partir de 2030 nós já vamos ter um envelhecimento razoável da nossa população. Então, é essa geração que vai fazer a diferença, e não apenas no que se refere ao desenvolvimento econômico. O Brasil já é a sétima economia do mundo; é claro que isso é importante, mas é insuficiente, porque é uma população ainda muito pobre, é uma população carente de educação de qualidade, e nós temos esse prazo para conseguirmos chegar a ser um País desenvolvido, mas socialmente justo, com grande inclusão da sua população carente no consumo, na cultura, na educação, enfim. Então, cabe a nós legisladores, cabe a nós representantes de categorias lutarmos para conseguirmos alcançar esse ideal.

Bom, eu queria, rapidamente, levantar aqui três questões. A primeira é a questão dos trabalhadores em educação. Eu acho que esse conceito foi muito bem trabalhado nas conferências, acho que é esse o conceito que nós vamos ter de daqui para a frente firmar cada vez mais perante os nossos governantes, convencendo-os de que, ao tratar de educação, não podemos tratar apenas de professor; nós temos de tratar de trabalhadores em educação. Portanto, estão aí os técnicos administrativos, estão aí todos aqueles que contribuem para a educação nacional.

Nós tivemos, como disse aqui a Deputada Alice, nos últimos anos, grandes conquistas, aqui no Congresso Nacional, e creio que boa parte dessas conquistas nós tivemos no Governo Lula. É preciso registrar isso. É ou não fundamental o que nós tivemos, em termos de ampliação dos institutos federais? De 140 para 354! No meu Estado do Ceará nós tínhamos três; durante 100 anos de escola técnica, tínhamos três. Hoje nós já temos 19, e é no interior do Estado. Está havendo a interiorização, não é? Essa ampliação dá-se pela interiorização. Isso é fundamental! Nós só tínhamos uma universidade federal, e agora temos três. Isso agora, recentemente, no Governo Lula e agora no Governo Dilma. Então, isto tem de ser registrado: houve uma ampliação do investimento em educação, sim, insuficiente. Eu acho que esse é o ponto que nós temos de discutir daqui para a frente.



Então, nós tivemos essa grande vitória do piso do magistério para os professores do ensino básico, e isso foi uma vitória, primeiro porque o Executivo enviou o projeto de lei; precisamos registrar isto: foi o Presidente Lula que fez isso; segundo, esta Casa aperfeiçoou, melhorou muito o projeto, e nós temos hoje uma lei que foi questionada na Justiça, e nós ganhamos na Justiça em todos os pontos. Isso precisa ser registrado. E o que é preciso agora? O cumprimento dessa lei.

E aqui foi muito importante, Prof^a. Leocádia, a sua intervenção, mas é preciso que os Municípios e os Estados sejam transparentes nas suas contas, porque não adianta também apenas cobrar do Governo Federal, quando muitas vezes — e aí eu sei que a UNDIME não é a grande responsável por isso — nós temos de cobrar dos Prefeitos essa transparência, porque, como foi comentado aqui muito bem, é preciso R\$ 1,9 bilhão de complementação para o cumprimento do piso, mas já questionamos o MEC, e o MEC revelou-nos que poucos foram os Municípios que fizeram esse pedido de complementação, porque poucos são os Municípios que são transparentes nas suas contas, que são capazes de abri-las para dizer: olhem, são tantos professores, ganham tanto, todos esses estão em sala de aula, estão cumprindo as suas obrigações. Há muita coisa escondida nas contas de Prefeituras e Governos de Estado.

É claro que nós defendemos, como a Prof^a. Dorinha comentou, a questão da ampliação, e acho que apenas os 10% que são colocados, do MEC, do FUNDEF, são insuficientes. Nós temos de encontrar fontes alternativas, e aqui estamos discutindo os 50% do pré-sal; temos de discutir inclusive emendas constitucionais, porque é preciso aumentar o comprometimento da União, dos Estados e Municípios com o investimento em educação, e isso depende de emenda constitucional. É preciso ampliar os 18% da União; na Conferência nós propusemos elevar para 20%; dos Estados e Municípios, os 25% da receita nós temos de elevar no mínimo para 30%, e o ideal que fosse mais; e isso passa também por uma legislação constitucional, que esta Casa tem condições de elaborar.

Portanto, eu quero registrar isto: é preciso cobrar da União, do Governo Federal, mas é preciso cobrar dos Estados e Municípios. Tem razão quem fez aqui a crítica de que nós estamos ampliando gradualmente o investimento em 0,2%, e se para chegar a 7% basta apenas manter o ritmo de crescimento do investimento, nós



temos de ampliar a velocidade desse investimento, porque se nós ampliarmos a velocidade anualmente nós teremos condições de chegar aos 10%. Esses 10% têm de ser uma bandeira nacional.

E o Relator — ele não está aqui, mas a sua assessoria está presente — tem feito um belíssimo trabalho, e nós da Comissão temos de cerrar fileiras, nós temos de ser solidários todos nós, formarmos uma unanimidade, um consenso nesta Comissão em torno dos 10% para a educação. E aqui pedimos que o nosso Relator compre essa briga, mas também que compre essa briga sobretudo com o Ministério da Fazenda, porque efetivamente sabemos que há dificuldades, em termos da Fazenda, para se chegar a esse índice.

E, por fim, nós precisamos também elaborar um *ranking*. Um *ranking*! O IDEB... há até um projeto em que se está propondo que cada escola tenha uma placa com seu IDEB, para que a população saiba exatamente em que é que essa escola está melhorando, como se o IDEB por si só garantisse a melhora da educação. Ele é um indicador importante, mas insuficiente. Nós não podemos avaliar a qualidade da educação apenas pelo IDEB. Mas nós precisamos também publicar um *ranking* dos Prefeitos e Governadores que descumprem a lei. É preciso mostrar quanto ganha cada professor nos Municípios e nos Estados (*palmas*), porque aí a sociedade vai saber se o seu governante valoriza ou não a educação naquela Unidade da Federação.

Portanto, Deputada Fátima, parabênizo V.Exa., que nos representa tão bem, e com certeza, como ontem eu estava no Ministério do Planejamento com duas mulheres, eu representei meu gênero, não é? (*Risos.*) Até porque nós homens temos de estar sempre representando também a questão de gênero, não é? (*Risos.*) Está certo? E amanhã, com a sua ida... (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Diga, Ivan,

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E quem os recebeu?

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Hã? Foi o Secretário de Recursos Humanos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deveria ter sido uma mulher, uma do mesmo gênero, a Ministra (*risos*), e não Duvanier.



O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Pois é. *(Risos.)* Convidamos também Ivan para fazer parte, e os demais colegas, os demais Deputados, até para nós termos também uma melhor representação masculina nessa reunião, amanhã, com o Ministério do Planejamento. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Muito bem, Bruno!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - *(Risos.)* Obrigada, Deputado Bruno, um Deputado que tem dado uma contribuição muito importante, já com a trajetória, com a história de luta que tem em defesa da cidadania, de militância em defesa da educação. Tem sido muito importante a sua presença aqui, Deputado Artur Bruno, no Congresso Nacional, na Câmara e especialmente aqui na Comissão de Educação.

Quero também registrar: o Deputado Stepan Nercessian está...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - ...está fazendo a segurança, está aqui, de óculos Ray Ban, de óculos escuros. Deputado Stepan, seja muito bem-vindo.

Imediatamente tem a palavra o Deputado Ivan Valente; em seguida, o Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sra. Presidenta, eu quero cumprimentar todas as entidades, todas as representações que passaram por esta Mesa, toda a categoria dos técnicos administrativos, que travam essa batalha, essa luta, nessa greve, o SINASEF, os estudantes da UNE e da UBES, todos os que defendem a educação pública aqui.

Mas eu queria, nesta ocasião — é pena que o Relator teve de se ausentar —, dizer que eu acho que exatamente este debate de hoje, na Comissão, do PNE e da educação, talvez seja o debate mais importante, não tirando a importância dos outros, mas por uma razão: não dá para falar em valorização dos profissionais descolada de qualidade. Ou há valorização, ou não há qualidade; esse é o ponto. Não há qualidade de ensino sem isso, não há qualidade de ensino sem valorização, e não há valorização sem financiamento. Vamos fazer a equação certa, não é?

Aqui, no debate, hoje nós recebemos, com todas essas reivindicações, análises profundas que foram feitas aqui sobre a situação dos trabalhadores, dos



profissionais da educação, que em grande parte é conhecida pela Comissão, não tão conhecida pela sociedade e muito menos pela mídia brasileira. Eu fiz um pronunciamento na semana passada, que distribuí aqui agora, em defesa dos 10% do PIB, referindo-me ao editorial da *Folha de S.Paulo* do dia 22 de agosto, que fala em “programa remendado”, critica todos os Deputados da Comissão Especial por terem apresentado emendas, defende o relatório do Governo e ainda afirma que a proposta de 10% do PIB é realmente fantasiosa e deletéria. Esse é o editorial do maior jornal do País! Está certo? Consta aqui que cada Parlamentar quer deixar sua marca no PNE; então, toda a movimentação popular que está havendo aí não tem nenhuma importância, e tal, e o plano do Governo está ótimo, e mais: precisamos votar rápido, antes que haja mobilização. É isso que está aqui no editorial.

Eu pediria até que todas as entidades, as que estão aqui presentes e as que não estão também, respondessem a essa questão. Respondessem! Ouviu, Fátima? E que a Comissão de Educação e a do PNE também respondessem a esse editorial.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Bom, Deputado Ivan, muito rapidamente, a Comissão de Educação já está tomando as providências. Nós já estamos fazendo isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Acho muito importante que seja feito isso, porque — eu quero ressaltar isto, Deputada — na mesma edição do jornal, na página do *Cotidiano*, eles mostravam as salas superlotadas no maior Estado da Federação, com 52 alunos por sala de aula. Olhem a contradição! Não precisa de mais de verba a educação, e essa é a qualidade da educação!

Agora, eu pergunto: para onde vai o dinheiro? Porque esse é o debate. Esse é o debate! Então, eu quero começar por aí, e quero dizer o seguinte: perdoem-me todos os que apoiam o Governo; eu sou de um partido de Oposição, de esquerda, entendem? E eu quero fazer uma proposta subversiva às entidades. Não vou fazer proselitismo. Eu quero fazer subversão. E é subversão com as entidades do magistério, com os trabalhadores em geral da educação, com os estudantes e tal. Por quê? Eu acho o seguinte: nós já conversamos demais, gente! Eu sou autor do PNE. Eu encabecei o PNE lá em 1998. Eram 10% do PIB! Era o plano da sociedade civil! Nós estamos falando em chegar a 2021 com 7% do PIB, o que já foi aprovado lá atrás, em 2001 — 2001! Nós estamos em 2011! Então, perdoem-me, mas não se



trata de Ministério de Educação, nem de Ministério do Planejamento; trata-se da Presidência da República.

Quem toma as decisões é a Presidência da República. Então, quem faz as escolhas é a Presidência da República. É uma opção se a educação vai ser prioridade, ou se o pagamento religioso das dívidas será a prioridade, que é o que está acontecendo. Então, vamos aos fatos, para nós não nos iludirmos. Quais são os fatos? Ontem a Presidente da República disse que se prevê uma economia de R\$ 10 bilhões. Para onde vai esse dinheiro? Que reserva técnica é essa? Para garantir tranquilidade ao mercado financeiro! É disso que se trata. Vai-se combater a inflação de qualquer jeito. Como? Aumentando os juros, ou estabilizando os juros como estão, porque é o maior patamar de juros do mundo, na prática.

Só para se ter uma ideia, ou se politizam as entidades e entram nisso, porque agora, neste momento, lá no Petrônio Portela, está havendo um ato de mais de 600 servidores públicos, as entidades do funcionalismo, pela aprovação da PEC 555, que deixa de cobrar dos inativos, o que foi uma injustiça praticada pelo Governo anterior, e da PEC 270, sobre a questão da invalidez, mas, mais do que isso, contra essa proposta que foi aprovada, já referida pela Deputada Alice Portugal, o PL 1.992, que cria um fundo, o FUNPRESP, e acaba com o salário integral dos servidores aposentados. Já passou! Ela estava adormecida há 4 anos aqui; em 15 dias botaram Silvio Costa para fazer o relatório e isso passou, com a ausência significativa de Parlamentares da Esquerda desta Casa. *(Palmas.)* Vamos dizer a verdade: Parlamentares que sempre defenderam serviço público de qualidade, o combate ao Estado mínimo, faltaram à reunião! Então, essa é a realidade, minha gente. Vamos dizer a verdade!

Eu quero dialogar sobre isto: se nós quisermos 10% do PIB para educação, não vai ser com pedidos que vamos conseguir. E o exemplo maior está no seguinte: eu pedi um plebiscito, apresentei um PDL para um plebiscito sobre os 10% do PIB, para sair das costas nossas e das entidades: vamos botar na televisão, 10 minutos, um plebiscito, e ver se o povo quer os 10% do PIB. Um Deputado desta Comissão, com argumentos do Governo, deu um parecer contrário. Ele defende 7% do PIB, nesta Comissão! Entendem? Defende 7% do PIB, e acha que está muito bom.



É o que Bruno disse aqui, agora; na prática, é o seguinte: é o aumento vegetativo; com 0,2%, mais 0,2%, chegaremos a 2021 com 7% do PIB, se chegarmos, se não houver intercorrências de crise econômica, se não houver redução e enxugamento. Isso é uma decisão política!

Eu fui proponente da CPI da Dívida Pública, aqui nesta Casa. Não há nenhum espaço na mídia para discutir esse tema. Deputados, governistas e da Oposição, de direita, vetaram a convocação de Ministro da Fazenda da era Fernando Henrique. Está aqui Paulo Rubem, meu companheiro da CPI. Vetaram o comparecimento do Ministro Palocci e do Ministro Malan, dos partidos correspondentes, porque não queriam debater dívida pública, porque o mercado fica nervoso. E aí são R\$ 635 bilhões para a dívida pública! Depois não há R\$ 70 bilhões, R\$ 80 bilhões para a educação. Essa é que é a verdade! É preciso que seja dito isso, gente!

Só o custo das reservas internacionais no Brasil... o Brasil tem US\$ 350 bilhões de reservas internacionais; desses, cerca de US\$ 250 bilhões estão em títulos do Tesouro americano, comprados com taxa SELIC, a 13%, pagando especulação financeira no Brasil. Sabe quanto rendem esses títulos? Rendem 0%. Sabem de quanto é o prejuízo anual? É de US\$ 60 bilhões. Isso seria o que a educação poderia ter de aporte. E não se fala nesse assunto!

Então, eu quero dizer à União Nacional dos Estudantes que não é só a taxa de juros. Nós lutamos juntos, somos companheiros nessa luta para reduzir a taxa de juros. Mas, mais do que isso, por que não propor uma lei que limite os juros? Ou seja, como temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que impede tetos maiores de gastos com servidores, por que é que os Municípios, os Estados e a União não têm um limite para pagamento de juros? Isso eles não têm! Pode ser 100% do Orçamento, da arrecadação de impostos. Isso não existe!

Então, nós estamos aqui tendo de fazer o seguinte: ou se força a porta, nas ruas e aqui dentro do Parlamento... E este é o Parlamento que nós temos; é o mesmo que absolveu ontem, mesmo diante das câmeras de TV as propinas, absolveu uma Parlamentar com pompa e circunstância. Está certo? Então, está aqui a manchete das lutas no Chile depois da ditadura militar e mais 20 anos, porque, não vamos esquecer, Deputada Fátima, não são só os anos Pinochet, da ditadura militar e das privatizações; foram agora quase 20 anos de governo social democrata,



que privatizou o ensino e a previdência também. Privatizou o ensino e a previdência! E sabem como é que isso foi feito? É o seguinte: colocaram tudo nas costas do próprio aluno, por meio de isenções fiscais e de bolsas, e agora está todo o mundo endividado, e não há mais ensino público. Qual é a luta no Chile? São 100 mil estudantes nas ruas, com enfrentamento, e morte de estudantes, e coquetéis *molotov*. Em 1968 usavam-se coquetéis *molotov* contra a polícia da ditadura, ouviram? Qual é o saldo? Resgate do ensino público gratuito e de qualidade, e o fim das privatizações do Estado.

E esse é o grande embate, assim como toda essa lógica que está estabelecida, também pela nossa querida mídia — entendem? —, que é a da competição, essa competitividade, essa mercantilização do ensino, e a lógica da meritocracia. A cidade de Nova Iorque, só para finalizar, Deputada Fátima, aboliu o sistema de competição. Eles, eles que aboliram! Disseram: é inócuo. Não melhorou a qualidade do ensino. Isso aqui é também o grande trunfo também dos tucanos lá de São Paulo etc., mas é adotado também o *ranking* das avaliações nacionais; como se disse aqui: “Vamos colocar o IDEB na porta”. Isso aí adianta alguma coisa, gente? Que negócio é esse? Vamos ser sérios!

Então, eu quero só propor, Deputada Fátima: na questão do financiamento, nós teríamos várias opções; a pressão das entidades é essencial, a pressão do movimento social, criar massa crítica é essencial, mas eu não quero falar só dos juros, da mudança da política econômica. Eu diria que há pelo menos mais três propostas; por exemplo, a taxação das grandes fortunas. Nós temos um projeto que está na Mesa da Câmara.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - O.k. Certo, Deputado. O senhor está sugerindo agora a questão das fontes de financiamento. O.k., está certo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu vou usar mais 1 minuto. Peço a V.Exa. essa tolerância.

A taxação das grandes fortunas, acima de R\$ 2 milhões, daria uma arrecadação de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões, não é? E há a questão do lucro líquido das empresas estatais; isso poderia render também, em cima dos dividendos das estatais. Mais do que isso: sobre a questão do pré-sal, eu acho que nós não



devemos enganar-nos. Não é sobre o fundo. Eu acho que há um erro aí. O fundo? É preciso ser retirado o petróleo, investir num fundo, e uma parte do fundo, do rendimento, é que se está falando em aproveitar do pré-sal. Não! Tem de ser sobre os *royalties*, se nós quisermos aproveitar isso para o Plano Nacional. Agora, lá para o futuro, daqui a 30 anos, nós discutimos de novo. Será o III Plano Nacional, o IV Plano Nacional de Educação.

Então, eu queria finalizar, Deputada, dizendo o seguinte: olhem, eu acho que chega de Lei de Responsabilidade Fiscal; agora é hora de Lei de Responsabilidade Social. O Governo precisa fazer escolhas. A escolha que ele tem feito é a escolha por uma política econômica conservadora, é o lado do mercado, não é o lado social. É verdade, ele fez o PRONATEC. Ele fez, mas isso tudo é limitado. Eu acho que os educadores, quando falam do piso, das condições de carreira, todos estão dizendo que querem dignidade, e não migalhas. É disso que nós estamos falando aqui, gente! (*Palmas.*) Não dá para se contentar com o piso salarial que é aprovado. Não dá, eu não consigo, desculpem; é que isso me revolta, entendem?

Quando propusemos o piso aqui, nós apresentamos o do DIEESE. Era o do DIEESE; ou seja, para 20 horas semanais seriam R\$ 4 mil. Estamos lutando por R\$ 1 mil e tanto! Então, é mobilização, mas é escolha política também, porque se o Governo é progressista, se o Governo quer realmente distribuir renda, quer fazer política e quer enfrentar o capital financeiro, porque aumentou brutalmente o topo da pirâmide, a concentração do topo, e não é uma questão brasileira, é mundial, então é preciso fazer enfrentamentos, nas ruas e em todas as frentes possíveis.

E aqui eu peço, então, que o Ministério do Planejamento e a Ministra do Planejamento — quero fechar com isto — recebam as entidades que estão em greve. Eu não quero mais um assessor para nos enrolar. (*Palmas.*)

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - O.k., Deputado Ivan.

Vamos ouvir agora o Deputado Paulo Rubem, mas antes eu quero dar conhecimento aqui aos presentes, às entidades e aos Parlamentares que se encontram aqui, para que inclusive, Deputado Artur Bruno, possam assinar, da seguinte moção de apoio: “A Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados...” É aquela ideia de que eu falei agora há pouco, a de formalizarmos a



posição, Deputada Dorinha, da Comissão de Educação junto ao Governo; formalizarmos, porque, eu volto a dizer, nós estamos fazendo essas gestões não é de agora, tanto é que aqui eu usei a expressão “renovar o apelo”. Então, *“A Comissão de Educação e Cultura, reunida nesta data em audiência pública conjunta com a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação 2011/2020, que contou com a participação de mais de uma dezena de representantes e de entidades educacionais do País, da área sindical, oficial e acadêmica, para discutir a valorização dos profissionais de educação, diante das demandas apresentadas pelas entidades, resolve encaminhar a presente moção de apoio.*

É inegável a importância da valorização de todos os profissionais que atuam em nossas instituições federais de ensino. Como é sabido, diversas dessas categorias encontram-se atualmente em processo de negociação de reajustes salariais e melhorias das condições de trabalho. Por isso, é fundamental para o processo educativo que essas entidades retomem suas atividades rotineiras, a fim de não comprometerem os serviços por elas prestados à sociedade.

Diante disso, renovamos o apelo para que o Ministério do Planejamento e Gestão receba as direções da FASUBRA e do SINASEFE, a fim de que seja dada continuidade à discussão da pauta de reivindicações apresentada por essas entidades, a exemplo do que já ocorreu com outras entidades do setor: ANDES, PROIFES, e agora FNDE e INEP.

Brasília, 31 de agosto de 2011.”

Eu vou pedir agora aos Parlamentares exatamente para assiná-la. (Palmas.)

Passo a palavra ao Deputado Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Boa tarde, Deputada Fátima Bezerra, Presidente da Comissão de Educação e Cultura. Eu quero cumprimentar os nossos convidados, os participantes do debate, Deputados e Deputadas. Cumprimento todos e todas, em especial os meus conterrâneos, o Prof. Heleno, a professora e amiga Leocádia da Hora, colega da Universidade Federal de Pernambuco, e a Prof^a. Márcia Ângela, presidente da ANPAE.

Quero, de antemão, dizer que não cheguei em tempo de assistir às exposições anteriores porque eu estava na manifestação da UNE, na rampa do Banco Central. Estou aqui com a barra da calça cheia de sabão em pó. Peguei na



vassoura e espalhei o sabão em pó para lavarmos o acesso ao Banco Central da influência do mercado financeiro e dos eternos monetaristas, mesmo num Governo capitaneado por partidos do campo democrático e do campo da Esquerda. Depois desloquei-me para o Petrônio Portella, onde fomos reforçar a luta das entidades nacionais dos servidores, especialmente das suas representações dos aposentados, do SINDIFISCO Nacional, da ANFIP e demais instituições, pela aprovação das propostas a que até já se referiu o Deputado Ivan Valente. Uma delas é a PEC 555.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Um segundo só, Deputado Paulo; eu quero só registrar a presença de Adércia, aqui representando a CONTEE. Seja bem-vinda, companheira.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Portanto, nós participamos dessas duas manifestações. E lembrava aos dirigentes da UNE, a Daniel, o novo Presidente da UNE, aos dirigentes da UBES, aos companheiros que lá estavam, a manifestação que havíamos feito, Deputado Ivan Valente, em maio de 2003, na porta do Banco Central, há 8 anos, defendendo a mudança da política monetária, a redução da taxa básica de juros, a auditoria da dívida pública, assentados na Constituição desta República, porque o comando da Constituição é claro: auditoria da dívida pública e submissão da política econômica, da política monetária, aos objetivos descritos no art. 3º da Constituição, de promover o desenvolvimento, combater a pobreza e a miséria, reduzir as desigualdades regionais. Portanto, nós há 8 anos lá estávamos, e repete-se hoje esse ato, comandado pela UNE, com o apoio das centrais sindicais.

Eu queria recuperar aqui, Deputada, nossos convidados e convidadas, algumas estratégias que nós traçamos e que fizeram com que fôssemos vitoriosos. Quem é que não se recorda aqui qual foi a nossa estratégia para derrubar o PLP 001, quando esteve à frente do Ministério do Planejamento o hoje Ministro das Comunicações Paulo Bernardo? Houve uma audiência pública, coordenada pela Comissão de Finanças e Tributação, em que o Sr. Ministro expôs a evolução monetária da folha de pessoal civil da União. Evidentemente, não expôs os dados concretos da relação da folha com o PIB e com o percentual da receita corrente líquida. E bastaram-nos quatro ou cinco intervenções, com os dados do próprio boletim de estatística de pessoal do Ministério do Planejamento, para que o PLP 001



fosse sepultado, assim como creio que está no rumo do cemitério o PL 549, que sequer veio do Poder Executivo, da Casa Civil ou do Ministério do Planejamento; nasceu de uma boa vontade de um Senador governista até a raiz dos cabelos, mas esse não tem a menor chance de prosperar.

Então, nós temos conquistado avanços, de um lado construindo argumentos e do outro explorando as contradições do Governo. E quais são as contradições que permanecem no Governo da Presidente Dilma? A disputa entre os desenvolvimentistas e os monetaristas. A disputa que é colocada para os partidos de esquerda, que são da base do Governo, entre os discursos que são feitos nas assembleias sindicais e nas audiências públicas e os votos que são dados nos relatórios das matérias e na “maquininha” do plenário.

Tivemos um Plano Nacional de Educação 2001/2010. Esse plano teve o veto do Presidente Fernando Henrique à meta de 7% do PIB. Nove anos depois, esse veto foi apreciado em plenário, e ele foi mantido com votos da bancada de esquerda da base do Governo, à exceção de 22 Deputados Federais.

Então, é muito importante que as entidades observem bem quem são os Deputados presentes nesta audiência, quais são nossos discursos, como serão nossos votos ao relatório do Deputado Vanhoni e quais serão os nossos votos no plenário. Estamos aqui sob o comando art. 1º, parágrafo único, da Constituição. Somos representantes da vontade do povo brasileiro, sob o comando dos compromissos dos estatutos e dos programas partidários e das nossas consciências.

Quando brinquei ao dizer que iria cortar algumas mechas do cabelo da Profª Dalila, é para que possamos adubar não as calvícies e as brancuras de cabelos brancos e poucos cabelos nesta Comissão, mas adubar as consciências. Até a forma como a Câmara organiza os sistemas de trabalho aqui nos é desfavorável. Nós somos Comissões estanques.

Nós nos dividimos em Comissões estanques: Educação e Cultura; Finanças e Tributação; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Constituição e Justiça. A Comissão Mista de Orçamento fica lá na entrada do corredor das Comissões.



Mas os que tomam decisões não estão subdivididos. Então, ficamos nós aqui, muitas vezes, convocando as entidades, convocando a sociedade, participando dos seus eventos e de seus manifestos, mas transformando nossos encontros em uma autêntica catarse. Já participei de Comissões e audiências públicas aqui que valeram mais do que um mês de terapia com psicanalista. Todo mundo desabafa, bota para fora. Argumenta-se com a maior e mais robusta tese acadêmica, a maior retrospectiva histórica, o papel da educação, o papel da valorização, a importância do Brasil ter educação pública de qualidade. E isso morre aqui. Isso fica aqui mesmo. Por quê? Porque não estamos mais no tempo da “estagnação” das questões que tocam a vida dos cidadãos.

Como foi que inserimos as creches? Para garantir que o FUNDEB respondesse sobre a responsabilidade da União em relação às creches. Nós não fomos discutir com o Secretário-Executivo do Ministério da Educação; nós não fomos discutir com o Ministro da Educação. Fomos discutir com o Antonio Palocci. Na hora em que o Palocci fez cara feia, encrencou, nós saímos de lá e focamos no compromisso do Presidente Lula. E foi o Presidente Lula, à época, que assumiu o compromisso de inserir, na proposta de emenda do FUNDEB, a responsabilidade da União, para que os Municípios pudessem construir o plano de atenção às creches de zero a 3 anos.

Então, eu não quero ser mediador. Com todo o respeito, fui convidado segunda-feira lá em Pernambuco, na reunião do comando de greve, com os companheiros do SINTUFEPE, da Rural e da Federal, para participar da reunião com o Duvanier, mas não fui e não iria, com todo o respeito por quem compareceu. Somos aqui parceiros fraternos nessa luta e nesse esforço. Mas não quero ser mediador. Lugar de mediador é no Ministério do Trabalho, Secretário de Relações Sindicais.

Nós temos que ter lado. Nós temos que intervir para construir um projeto de educação e de sociedade. Não quero ser mediador. Perdoem-me, com toda a franqueza.

Conheço o Dr. Duvanier, tem formação acadêmica, mas não é com ele que temos que discutir. Nós estamos nos apequenando. (*Palmas.*) Daqui a pouco vão indicar para discutir conosco um *office-boy* de portaria e vamos lá pedir audiência ao



office-boy de portaria. Nós temos que discutir com Ministro de Estado, nós somos poder de Estado. Ou assumimos que somos poder de Estado e vamos discutir de igual para igual ou vamos ficar discutindo com quem foi terceirizado para nos dar explicações. É assim que reduzimos nosso poder de fogo nessa discussão em relação às matérias que estão tramitando.

E uma outra questão: nós estamos convencidos de que nós não vamos avançar se repetirmos, na discussão do PNE 2011/2020, os mesmos erros cometidos quando da discussão do PNE 2001/2010.

Listei aqui, já expus isso em vários fóruns, de 1998 a 2009, Constituição Federal, LDB, Emenda nº 14, PNE, Emenda nº 53, a Lei do Piso, Emenda nº 59. Só que, por trás disso, consolidou-se no Brasil e no mundo, por dentro do Estado, do orçamento nacional das contas públicas, um agressivo e progressivo processo de mudança do processo de acumulação do capital. O que é dívida pública? O que foram os 8 anos do Governo do Presidente Fernando Henrique, que aumentou a dívida pública em 908%? E o período do Presidente Lula, que a aumentou em 147%? Por quê? Ou nós vamos ficar discutindo, de novo, as tabelas que a ANPEd dispôs... Eu me orgulho da produção científica da ANPEd, como este País tem de se orgulhar dos seus mestrados, doutorados em educação, da combatividade das nossas entidades. Mas nós não podemos repetir o erro de ficar discutindo a educação no campo da educação e deixar que a discussão da divisão da riqueza para financiar o projeto de educação fique sob a égide do Ministério da Fazenda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Deputado, peço a V.Exa. para concluir, pois já foram mais de 20 minutos, já vai dar 14h30min, e a Deputada Rosane está inscrita.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Vou concluir, Deputada Fátima Bezerra. Eu acho que ou fazemos audiência para valer com o PNE e pomos o dedo na ferida ou vamos chamar as entidades para que elas exponham a defesa das matérias... Quem aqui não sabe que é importante valorizar o profissional da educação, aqui e lá fora? Quem aqui não sabe que é importante ter piso e carreira?

Aqui houve pessoas que, na Legislatura passada, votaram contra a emenda do piso para os servidores técnico-administrativos, que foi minha. Por isso eu votei



contra o relatório do Deputado Severiano Alves, que era o do meu partido, e disse a ele.

Quem aqui não quis votar 40 horas com o piso integral de R\$4.200,00? Nós optamos por votar de maneira apressada para a categoria ter piso em 2008. E entregamos aos Governadores o piso para quem trabalha 40 horas. Qual o Governador que vai pagar piso para quem faz 20 horas? Nenhum. Possibilitamos aos Governadores, para atingir o piso em 2009, pôr nos 950 todos os proventos e gratificações. Aí os Governadores, espertamente, colocaram no piso todos os proventos e gratificações, inclusive os quinquênios. Depois, os sindicatos convocam as categorias e vamos ficar reclamando dos Governadores.

O erro foi da lei — extremamente bondosa —, que foi aprovada aqui, para haver um piso em 2008. Se nós tivéssemos puxado a corda, talvez tivéssemos arrancado dos Governos um piso, para a jornada de 40 horas, com valores dobrados, porque nós provamos, com os relatórios da Receita Federal, que a União Federal tinha condições de complementar os recursos.

O que nós aprovamos na emenda? Que o Governo Federal complementaria com, no mínimo, 10%. Então, não tem o Governo Federal que reclamar de Prefeitura que não fez o cálculo, que não pediu repasse. É o maior que tem responsabilidade de coordenar e gerir a Política Nacional de Educação.

Por que não temos recursos para financiar o piso? Temos. É só olhar para as contas do Tesouro Nacional.

Por isso, peço que prestem atenção aos Deputados que estão nesta Comissão, no que estamos dizendo, nos nossos votos e nos partidos que nos comandam no Palácio do Planalto, porque eu tenho muito receio de que nós façamos aqui grandes audiências, aprofundemos as questões, construamos nossos argumentos e depois, por conveniência, as Lideranças dos nossos partidos comandem as bancadas para votar de acordo com o que quer o Palácio do Planalto. Aí vai sobrar o quê? A foto da inauguração do CEFET, a foto da inauguração de um novo *campus* da universidade no interior, em detrimento daquilo que nós defendemos aqui.

Então, eu quero compartilhar essas preocupações com todos e lembrar, mais uma vez, que não é por falta de capacidade fiscal, tributária, de argumento



pedagógico que vamos deixar de valorizar os profissionais da educação, suas carreiras e construir um sistema nacional de gestão da educação. Sem isso não adianta fazermos duas, três, quatro, cinco audiências. Se deixarmos o aspecto macroeconômico, orçamentário e financeiro ficar para os outros decidirem e ficarmos aqui como a grande confraria dos rebeldes, dos indignados, dos revoltados pelo descaso com a educação, vamos cometer os mesmos erros que foram cometidos na década de 2001 a 2010.

Então, é preciso que digamos aonde queremos ir. Se queremos, de fato, um PNE para valer, com 10% do PIB, valorização, carreira, gestão democrática, nós vamos ter de tensionar. Nós não vamos até onde os nossos pés e nossas mãos permitirem, não. Nós temos de ir até aonde nossas consciências quiserem. Eu acho que esse é o desafio para aprovarmos um PNE consolidando aquilo que a sociedade brasileira defende, no mínimo para homenagear os pioneiros da educação de 1932: Florestan Fernandes, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e outros que não estão mais entre nós.

Este são os grandes desafios: mudar a área macroeconômica e exigir a transferência dos recursos do Tesouro. Sem financiamento, sem democratização da gestão, o PNE, em 2020, só atingirá 30% das metas. Aí vamos para 2030/2040 e 2040/2050 e ninguém vai estar mais aqui. Será uma sessão espírita para haver uma audiência pública com os remanescentes do movimento docente, do movimento sindical da educação. *(Palmas.)*

Como eu acredito em tudo isso, e que nós temos de cumprir aqui de pés no chão, eu acho que esse é o caminho para pressionarmos até o fim pelos 10% do PIB, pelo sistema nacional de gestão. Não podemos deixar que prepostos, intermediários, terceirizados sejam os que vão dialogar e decidir conosco. Nós somos um Poder da República, temos de discutir com Ministro de Estado. E, se encrencar, Ministro de Estado não tem voto, quem tem voto é a Presidenta da República. Faremos como fizemos com o Presidente Lula. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Vou passar a palavra à Deputada Rosane Ferreira. O Deputado sabe da importância do debate, tanto é que está presente. Lembro que, por ocasião do debate da Lei do Piso, o relatório foi modificado sete vezes. Parece conta de mentiroso, mas foi. A Deputada Professora



Dorinha estava, na época, representando o CONSED e sabe de toda a luta que foi feita — está aqui a CNTE —, sabe que muitas vezes uma coisa é o desejo, o sonho, outra coisa é o possível; sabe que o relatório não saiu conforme queríamos, porque para aprovar as coisas aqui preciso de voto. E não tivemos os votos necessários para aprovar a tese que queríamos dentro da própria base aliada. No próprio partido do qual o Deputado faz parte houve Parlamentares que não defenderam as propostas mais avançadas que eu e V.Exa. defendíamos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Não, não estou aqui tirando o meu, não. Eu estou apenas colocando... Eu estou só lembrando. Eu estou apenas trazendo os dados para fazermos os debates. Sabe por quê, Deputado Paulo Rubem Santiago? V.Exa. tem dado uma contribuição excelente, é um grande Deputado, muito preparado, atuante. Estou trazendo aqui os fatos para efeito reflexão, porque todos sabem do esforço que foi feito. Eu fui uma das idealizadoras da Lei do Piso, junto com a Deputada Alice Portugal e mais outros dois. Nós apresentamos a proposta inicial. Mas uma coisa era o que desejávamos, o que a CNTE queria; outra coisa foi na hora de contar os votos. Refiro-me aos votos necessários nesta Casa para aprovar as teses mais avançadas. Essa é a realidade.

Ressalto mais uma vez a importância do debate. Esta audiência é uma das mais importantes no debate do PNE, para ressaltar a nossa luta.

Deputada Professora Dorinha, se não fosse a luta, da qual, inclusive, V.Exa. participou, na época, o FUNDEB teria ficado quebrado, seria um faz-de-conta, porque, quando a proposta original chegou a esta Casa — é bom lembrar — não incluída creche. Foram os debates, foi a mobilização social, a mobilização popular que fez com que incluíssemos a creche no FUNDEB. Debates esses aos quais o Deputado Paulo Rubem Santiago deu uma contribuição muito importante.

Vou passar a palavra à Deputada Rosane Ferreira para, em seguida, encerrarmos.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Vou fazer uso da palavra rapidamente, Sra. Presidente, fui citada.



Quando cheguei a esta Casa, neste ano, vim com focada em um duplo objetivo: meio ambiente e saúde; e um foco bem pessoal meu: a reforma político-partidária. Bastou um mês aqui para entender que não pode falar em meio ambiente, em saúde, em reforma política sem se falar educação.

Sou aqui uma aprendiz. Quero deixar este registro nesta Comissão: tenho, no mandato da Deputada Alice Portugal, no mandato da Deputada Fátima Bezerra, no mandato da Deputada Professora Dorinha e no mandato de todos os outros Deputados que aqui fizeram uso da palavra com grande propriedade a cumplicidade do meu mandato, até porque não existe outro caminho.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Obrigada, Deputada Rosane Ferreira.

Antes de encerrar a reunião, peço à assessoria que procure os demais Parlamentares da Comissão para assinarem o documento que vamos enviando para o Ministério do Planejamento com cópia, Deputada Professora Dorinha, para o Ministro da Educação e para a Presidenta da República, renovando o apelo no sentido de que seja reaberta a negociação em torno da FASUBRA e do SINASEFE.

Em nome da Comissão de Educação e Cultura e da Comissão Especial, agradeço a todos: ao PROIFES, à UNDIME, à Leocádia, à Dalila, pela ANPEd; à Elaine, pelo SINASEFE; à Léia, pela FASUBRA; ao Jacó, pela ANDES; à Iria, pela ANFOPE; à Ivany, pelo CEDES; à Márcia, pela ANPAE. Agradeço muito a todos os que aqui vieram. Falo também em nome da Deputada Professora Dorinha, dos Deputados Artur Bruno, Rosane, de todos os Parlamentares. Deram-nos uma excelente contribuição. Tivemos um debate de grande qualidade, um debate fundamentado, que contou com a presença do Relator.

O que queríamos, caro Prof. Roberto Leão, Presidente da CNTE, com essa audiência pública era exatamente isto: dizer ao nosso Relator Angelo Vanhoni que não vamos aceitar de maneira nenhuma aquela Meta 17 conforme está lá, dizendo que vai aproximar o piso salarial do magistério.

Hoje nos reunimos para dizer ao Relator que insira em seu relatório a proposta aqui apresentada pela CNTE e por todas as entidades presentes. Nada de igualar. Queremos equiparação. Queremos o piso salarial do magistério equivalente



ao piso dos demais profissionais de nível superior. Assim como as propostas apresentadas aqui por Iria, Ivany, Dalila, no que diz respeito à questão da formação. Queremos uma política nacional de formação consistente, inicial e continuada; o ingresso por concurso público; a jornada de trabalho que assegure o tempo para que o professor possa preparar sua aula, fazer seu estudo, fazer sua pesquisa.

Que o relatório contemple também as contribuições da Léia do ponto de vista dos trabalhadores da educação, dos técnicos administrativos das universidades federais, as contribuições do ponto de vista do ensino superior, dos professores da universidade, bem assim os professores dos institutos federais de educação profissional e tecnológica.

Estamos num momento muito importante da vida da educação em nosso País, um momento exatamente para avançarmos, para termos um PNE que seja de fato uma política de Estado, que responda ao desafio de termos uma educação de qualidade, com expansão. Para tanto, é fundamental, como já foi dito aqui, o tripé carreira, salário, formação. Para conseguirmos tudo isso é fundamental o financiamento.

Não vamos esmorecer na luta em defesa dos 10% do PIB de maneira nenhuma. Não vamos! Sabemos que 7% não é suficiente. Se queremos um PNE ousado, temos de ousar no financiamento. Esta Comissão está irmanada com esse sentimento.

Agradeço pela presença de todos, em especial dos senhores convidados, e comunico ao Plenário que haverá audiência pública amanhã, quinta-feira, 1º de setembro, às 10 horas, em Belém do Pará, e às 14 horas em Brasília, neste plenário, para debater o Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego — PRONATEC, atendendo a requerimentos aprovados pela Comissão de Educação e Cultura, de autoria dos Deputados Fátima Bezerra e Izalci, respectivamente.

Muito obrigada a todos pela presença.

Está encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)